

Quanto vale um mandatário? Análise das estratégias discursivas dos candidatos à prefeitura de Salvador em 2008¹

*Cloves L. P. Oliveira
Dalmir Francisco
Tiago Prata L. Storni*

Introdução

Como na maioria das capitais brasileiras, a sucessão à prefeitura de Salvador em 2008 se desenrolou numa conjuntura de reeleição². Isto significa que a dinâmica eleitoral foi marcada pelo fato de encontrarmos o governante em exercício buscando a renovação do seu mandato. Observa-se que os pleitos nos quais o incumbente disputa a reeleição tende a adquirir um caráter plebiscitário, isto é, de avaliação do desempenho do governo, e a criar um cenário de polarização entre o mandatário e o(s) desafiante(s). Desde as eleições de 1998, quando passou a vigorar o estatuto da reeleição no Brasil, cresce o número de presidentes, governadores e prefeitos que conquistaram o direito de continuar no cargo. Quando se trata de eleições para prefeito, o percentual de reeleição foi da ordem de 58% entre o pleito de 2000 e 2004, e saltou para 67% em 2008. Quando se observa as capitais, esse percentual evoluiu nesses três últimos pleitos de 70% para 73% até alcançar 95% (Lavareda, 2009). Neste último pleito, dos 20 prefeitos de capitais candidatos à reeleição, apenas um não teve êxito: Serafim Corrêa (PSB) foi derrotado em Manaus – AM (*Folha de São Paulo*, 26/10/2008).

Este capítulo examina as estratégias discursivas dos candidatos à prefeitura de Salvador nas eleições de 2008, com especial atenção para avaliar a influência do estatuto da reeleição neste pleito. Se for verdade que a chance de um prefeito se reeleger é diretamente proporcional à aprovação de sua gestão na prefeitura, bem como que o discurso dos candidatos – seja ele mandatário ou desafiante - deve ser consistente com suas ações antes das eleições ou com seus posicionamentos durante a campanha, como explicar a reeleição de prefeitos cuja administração pareciam ter sido reprovadas pelos eleitores? A tese deste artigo sustenta que a campanha para prefeito envolvendo um mandatário que busca a reeleição não se caracteriza apenas por ser uma espécie de plebiscito no qual os eleitores julgariam os méritos do seu prefeito, e recompensariam os bons gestores permitindo sua permanência no cargo, enquanto os maus seriam destituídos, conforme propõe a perspectiva do voto retrospectivo³ (Downs, 1957; Key, 1966; Fiorina, 1981). Inspirado por este modelo, Almeida

¹ - Paper apresentado no X Congresso Internacional da BRASA, Brasília, DF, 22 a 24 de julho de 2010. Este artigo tem por bases os dados levantados no âmbito da pesquisa “Raça e política na Bahia – estudo das estratégias discursivas nas eleições municipais de Salvador, 2008”, financiado pelo CNPq. Os autores agradecem às críticas feitas pelos professores Rubens Toledo Junior (UFBA) e Jairo Pimentel (USP) a versão do texto apresentada no *Workshop Como o eleitor escolhe seu prefeito: a lógica do voto*, promovido pelo Grupo de pesquisa Opinião pública: marketing político e comportamento eleitoral (UFMG) e pelo Instituto de pesquisas sociais políticas e econômicas (Ipespe), Belo Horizonte, de 25 a 26 de março, 2010.

² - De acordo com Lavareda (2009), desde os anos 1990, dois mecanismos institucionais têm produzido impactos significativos nos resultados das eleições brasileiras e na própria dinâmica das campanhas eleitorais. O primeiro mecanismo, instituído na Constituição de 1988 e em vigor desde as eleições de 1992, foi a exigência que a disputa eleitoral para cargos executivos (presidente, governadores e prefeitos) aconteça em dois turnos quando nenhum candidato obtiver a maioria dos votos válidos no primeiro pleito, em municípios com mais de 200 mil habitantes. Já o segundo, produto da Emenda Constitucional no. 16, aprovada em 28/01/1997 e em vigor desde as eleições de 1998, permitiu a reeleição para presidente da república, governadores e prefeitos.

³ - A tese do voto retrospectivo pressupõe que os eleitores são atores racionais que não desejam aventurar-se na incerteza de saber o que os candidatos farão após a eleição, assim sendo tendem a votar baseados nas suas percepções sobre o que os partidos e os candidatos já fizeram até então. A observação da *performance* passada configura-se como um indicação mais confiável do que promessas para o futuro e reduz os custos de informação sobre os candidatos, suas propostas e suas realizações no processo de tomada de decisão de votar. Significa que

(2008) vaticina que prefeitos mal avaliados às vésperas da eleição – i.e., com menos de 40% de aprovação – teriam reduzidas chances de reeleição e por esse motivo, eles deveriam considerar a possibilidade de simplesmente não disputarem a reeleição.

Tendo por base uma pesquisa sobre a disputa à prefeitura de Salvador vencida pelo incumbente João Henrique do PMDB, que durante o período pré-eleitoral amparava-se em menos de 30% de aprovação do seu governo e sofria por ostentar o maior índice de rejeição entre os cinco candidatos que disputavam essa eleição, com 36%, este trabalho analisa as estratégias eleitorais dele e dos seus desafiantes, sublinhando a importância das estratégias retóricas empregadas por este mandatário para explicar o sucesso da sua candidatura. Mostra-se como o prefeito fez do processo de desconstrução das imagens dos seus adversários ao longo da campanha o alicerce para justificar o desempenho da sua administração e para reconstruir sua própria imagem. Dessa forma, esta pesquisa chama atenção para a capacidade dos candidatos de produzirem argumentos para convencer seus eleitores de que podem construir um mundo futuro possível melhor que os seus adversários, ao tempo em que se eximem das responsabilidades pelos problemas existentes no mundo presente ou passado. Portanto, a nossa tese é que a campanha teve um papel fundamental como ferramenta de comunicação capaz de influenciar na interpretação que predominara na avaliação dos “méritos” dos candidatos a prefeito. Analisando as estratégias de comunicação usadas pelos candidatos à Prefeitura de Salvador, podemos refletir, ainda, sobre o potencial da propaganda política – especialmente na televisão – para construir cenários políticos e pautar o debate eleitoral.

No contexto da reeleição de João Henrique, o sucesso da sua propaganda política se mostrou associado a questões práticas de continuidade do governo e por valores e temas que atraíram aqueles de renda baixa e média e que se declararam de cor preta, maioria do eleitorado, e também os evangélicos pentecostais. Esses eleitores recorreram menos a atalhos informacionais estáveis dados pelos partidos ou programas ideológicos, contando mais com a campanha personalista de João para se informarem, o que levou à definição ou alteração das suas preferências a favor do incumbente.

1- Breve histórico das eleições em Salvador e descrição da atual conjuntura

Desde os anos 1950s, sucessivas gerações de cientistas sociais, de diversas correntes teóricas, têm assinalado que o estatuto que permite a reeleição do incumbente influencia os resultados das eleições e a própria dinâmica das campanhas, seja nas corridas para os palácios do governo seja nas disputas de cadeiras para as casas legislativas (Key, 1966; Fiorina, 1981; Forejohn, 1986; Pereira & Rennó, 2007; Titiunik, 2009). Essa extensa literatura aponta que o estatuto da reeleição traz vantagens para os incumbentes (Ansolabehere & Snyder, 2002). Todavia, percebe-se que é difícil medir a magnitude do efeito do status de incumbente nos vários estudos. O consenso entre os analistas é que: ser incumbente tem um efeito positivo na disputa eleitoral, sendo que esta vantagem foi moderada até os anos 1950, e começou a crescer substancialmente a partir de meados de 1960. Existem autores que questionam as supostas vantagens dos incumbentes nas eleições legislativas e executivas, dizendo que grande parte da literatura aceita esta tese, e que poucos contestam tal perspectiva, mostrando que a vantagem dos incumbentes é um efeito espúrio gerado pela estratégia dos mandatários de candidatarem-se ou desistirem de concorrer quando detectam que têm poucas chances de se reeleger. As pesquisas de Cox e Katz (2002) sobre as eleições para a câmara de deputados norte-americana indicam que a vantagem do incumbente é menor do que se reporta. No que se refere a realidade brasileira ainda são escassas as pesquisas sobre este tema, sobretudo quando

o conhecimento da *performance* passada seria menos oneroso de adquirir do que todas as informações necessárias para avaliar as propostas futuras dos candidatos.

se trata da disputa para cargos majoritários (Almeida, 2009; Carreirão, 2002; Venturi, 1998). Quando se trata de disputas do poder local, poucos autores fizeram o esforço de analisar o impacto da reeleição nas disputas às prefeituras (Almeida, 2008; Lavareda, 2009; Titiunik, 2009). Mas, afinal, o que explicaria os altos índices de reeleição?

A marca mais forte da conjuntura da disputa de sucessão municipal de Salvador de 2008 foi o desgaste político do prefeito João Henrique (PMDB), que havia vencido soberbamente o 1º. turno da eleição de 2004 com 74% dos votos, e o esforço do Partido da Frente Liberal (PFL) para manter viva a sua legenda rebatizada como Partido Democratas, numa conjuntura adversa às forças carlistas, após a recente morte do senador Antonio Carlos Magalhães (ACM)⁴. Esta conjuntura caracteriza-se pelo declínio do carlismo na esfera local e regional e pela emergência das forças de esquerda e centro-esquerda, materializada pelas vitórias de Lula (2002 e 2006), João Henrique (2004) e Jaques Wagner (2006) (Oliveira, 2007). Deve-se salientar que embora em refluxo, o carlismo ainda se colocava como uma alternativa para pelo menos um quarto do eleitorado soteropolitano.

De outro lado, as pesquisas apontavam uma divisão do eleitorado de esquerda e centro-esquerda entre PT, PSB e PMDB, que se unido em torno de uma única candidatura, somariam um terço dos votos. Numa disputa que deixou de ser bipolar para se tornar tripolar após a vitória de João Henrique - que quebrou o ciclo virtuoso de oito anos de governo peefelista na capital baiana - esse capital político posicionava carlistas e anti-carlistas como jogadores importantes na corrida à prefeitura em 2008.

Em outras palavras, observa-se que é o campo político-eleitoral soteropolitano está em rota de mudança. Sua estrutura foi forjada ao longo dos últimos 40 anos e prevalece desde o período de redemocratização (1985), quando passou a se dar a polarização entre carlismo – grupo liderado pelo senador ACM, falecido em julho último, e forjado durante a ditadura militar – e o anticarlismo, corrente que reúne os opositores do senador em diferentes setores (Dantas Neto, 2003). A conjuntura para 2008 apresenta como dado novo a ausência física do senador e um grupo que luta para se manter unido na oposição a todas as esferas de poder (Oliveira, 2007). Conforme reporta Telles (2006:12):

“durante quase 40 anos, exceto pelo período de 2 anos (1987/1989) em que Waldir Pires governou a Bahia, o carlismo foi praticamente a única força do estado. Neste período, Antonio Carlos Magalhães estabeleceu uma relação privatista entre as diversas empresas da família e a estrutura administrativa do estado. No período em que foi Ministro das Comunicações (1985-1990), no governo do presidente José Sarney, ACM criou uma cadeia de televisão, a Rede Bahia. A partir desta rede, coordenou a política do estado, condenando a oposição ao mais completo ostracismo”.

Dantas Neto (2002:2) explica que o carlismo se estruturou no “prestígio eleitoral, manejo de recursos extra-eleitorais de poder e uma aura de infalibilidade e onipotência que transmitia sensação de poder ainda maior que o exercício”.

Rubim (2002) reporta que os resultados das eleições em Salvador, ocorridas entre 1985 e 2000, confirmam essa polarização. A exceção caberia à disputa de 1988, quando o carlismo se encontrava em um momento de derrotas (1985 para a Prefeitura de Salvador e 1986 para o governo do Estado), e com sua imagem indissociável dos governos militares. Em 1985, a prefeitura da capital baiana foi vencida pelo ex-carlista Mário Kértész, que já ocupara

⁴ - Na Bahia, o termo ‘carlismo’ refere-se ao grupo liderado por Antonio Carlos Magalhães (ACM), que comandou a política estadual desde os anos 1970. O PFL se configurava como a legenda mais importante do carlismo, em torno da qual se articulava outros partidos da direita – PTB, PL e PPB. Com a força do carisma, personalismo e/ou recursos clientelistas, os partidos do bloco carlista agiam de modo bastante disciplinado e coeso no legislativo estadual (Dantas Neto, 2003).

a mesma prefeitura por indicação de Magalhães. Naquele ano, sob a legenda do PMDB Kértész derrotou o representante do carlismo, o deputado federal Manoel Castro (PFL).

Em 1988, num momento de inflexão do carlismo no poder regional, a disputa pelo poder na capital do estado se polarizou entre dois candidatos anticarlistas: deputado federal Virgildásio Sena (PSDB) e o radialista Fernando José (PMDB). Com o apoio do prefeito Mário Kertész e do empresário de comunicação Pedro Irujo, o radialista, que era campeão de audiência com programas de cunho populista e paternalista no rádio e na televisão, venceu a disputa para a prefeitura com um discurso personalista e de crítica aos políticos profissionais⁵. Os carlistas lançaram o tributarista e ex-prefeito interino (negro) Edvaldo Brito (PFL). Fazendo uso de apelos explícitos a solidariedade étnica junto ao eleitorado de maioria negra, Edvaldo Brito ficou em terceiro lugar.

Já nas eleições de 1992, o grupo carlista perdeu agora a disputa à prefeitura para uma candidatura de perfil progressista, liderada pela então deputada estadual peessedebista Lídice da Mata. As eleições municipais daquele ano foram atípicas, na maioria das capitais brasileiras, devido ao clima gerado pelo processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo. ACM, que havia reconquistado o governo do estado nas eleições de 1990, pela primeira vez pelo voto popular, apoiou o presidente até o final, incluindo a manifestação na mídia nacional de votos favoráveis à permanência de Collor à frente da Presidência. Com um discurso de apelo à mudança, combate à corrupção e ética na política, Lídice da Mata derrotou, no segundo turno, o carlista e ex-prefeito de Salvador Manoel Castro (Dantas Neto, 2003). O grande trunfo da candidata do PSDB foi conseguir unir toda a oposição anticarlista em torno de seu nome, da mesma maneira que Waldir Pires fez quando derrotou os carlistas na eleição de governador em 1996. A prefeita não conseguiu manter até o final de seu mandato a unidade partidária que a elegeu, mostrou-se inábil para fazer frentes às incansáveis críticas da oposição, que eram propagadas pelas emissoras e jornais da família Magalhães, ao longo de toda sua administração, e acabou seu governo com baixa aceitação popular.

Entretanto, ao reconquistar o governo do estado, ACM criaria as bases para vencer as eleições subseqüentes em Salvador. A partir da reconquista do estado, ACM ampliou o domínio que ele e seu grupo detinham da mídia, da Justiça, e da política estadual. O sucesso de ACM ao eleger o seu vice-governador Paulo Souto como seu sucessor nas eleições de 1994 lançou os alicerces finais para sedimentar a hegemonia carlista na Bahia nos anos 1990. A campanha para governador coincidiu, naquele ano, pela primeira vez com a eleição presidencial. Os carlistas fizeram aliança com a vitoriosa candidatura de FHC, enquanto os tucanos baianos, inclusive a prefeita Lídice da Mata, devido às divergências políticas locais, marcharam ao lado de Lula, principal adversário de FHC (Dantas Neto, 2003).

Nos primeiros anos da gestão de FHC, o carlismo teve amplo espaço no governo federal e ampliou sua força no estado, conquistando um poder de causar espanto. Para Dantas Neto (2003:233), “como sempre ocorreu, a este reforço nacional correspondeu, reativamente, reforço simétrico do anti-carlismo estadual”. A consolidação da hegemonia veio com a conquista da prefeitura da capital nas eleições de 1996, quando o candidato carlista Antonio Imbassahy venceu o pleito no primeiro turno. Sua campanha o associou a imagem de ACM (como garantidor do futuro) e explorou o discurso da necessidade de atuação conjunta da prefeitura, do governo do Estado e da União Federal para “reerguer” Salvador. Seu principal

⁵ - O radialista Fernando José apresentava o programa de rádio e tevê Balanço Geral, na TV Itapoan, de propriedade de Pedro Irujo. Seguindo a fórmula que permitiu a construção da candidatura de Fernando José (PMDB), o radialista Raimundo Varela (PRB) catapultou seu nome entre os líderes nas pesquisas de intenção de voto à prefeitura em 2004 e 2008, mais uma vez com programas de cunho populista, disparando críticas aos políticos e aos governantes e se auto-promovendo para resolver os problemas do povo.

adversário foi o então deputado estadual Nelson Pelegrino (PT), marcando o início da liderança desse partido na oposição ao carlismo. Naquele pleito, apesar da experiência bem-sucedida de união das oposições na campanha de Lídice da Mata, o anticarlismo se dividiu em diversas candidaturas (Rubim 2000; Dantas Neto, 2003).

Nas eleições seguintes, seja ao governo do Estado seja a prefeitura de Salvador, os carlistas consolidavam sua hegemonia, enquanto os petistas se firmavam como principal grupo no segmento anticarlista. O grupo carlista saiu-se mais uma vez vitorioso, elegendo César Borges, no 1º. turno, com 69,91% dos votos válidos, para governador em 1998. Foi bem sucedido também nas eleições presidenciais, reproduzindo no plano regional a aliança, PSDB, PFL e PMDB, que viabilizou a reeleição a FHC no seu segundo embate contra Lula (PT). Essa seqüência de vitórias demonstra o fortalecimento do carlismo em todos os segmentos do estado⁶. A reeleição de Imbassahy no 1º. turno na eleição para prefeito de Salvador em 2000 é uma expressão do poder dos carlistas nos anos 1990 (Oliveira, 2007).

Se for verdade que o empoderamento do carlismo na esfera federal permitiu-lhe conquistar o poder regional, é correto afirmar que sua perda contribuiu para esfacelar esta hegemonia. Depois de romper com o presidente FHC em 2001 e perder o controle dos dois ministérios que comandava, ACM viveu uma seqüência de episódio que contribui para ruir a hegemonia até então construída. Renunciou ao cargo de senador para evitar ser cassado pela violação do painel eletrônico durante sessão de votação secreta de cassação do senador Luís Estevão (PMDB-DF); protagonizou episódios anti-populares, tais como: a repressão à manifestação de estudantes contra ele às vésperas do seu pedido de renúncia; assistiu à greve conjunta da Polícia Civil e Militar, que levou o governador César Borges a pedir a intervenção de tropas federais para garantir a segurança da população; e, finalmente, sucumbiu à vitória de Lula na corrida presidencial de 2002 (Dantas Neto, 2003).

O vento muda a favor da oposição aos carlistas. Lula puxa votos para a oposição em todo o estado. O deputado federal Jaques Wagner (PT) vence em Salvador e por cerca 4% dos votos válidos não força um 2º. turno contra Paulo Souto (PFL), na sucessão ao governo do estado. O carlismo perde parte de suas forças nas eleições de 2002 e luta para assegurar a continuidade do poder local lançando, na disputa à prefeitura de Salvador em 2004, a candidatura do ex-governador César Borges. O PMDB apóia a ex-prefeita Lídice da Mata (PSB), o PT lança, mais uma vez, Pellegrino e o PDT, João Henrique. Espantosamente, João Henrique liderou as pesquisas desde o início da campanha, ganhou o 1º. turno com folga e venceu Borges, que havia conquistado a direito de enfrentá-lo, por uma fração de 0,23% dos votos válidos de vantagem sobre o petista. A ex-prefeita Lídice da Mata chegou em quarto.

As pesquisas realizadas ao final do 1º. turno apontavam César Borges como o campeão de rejeição. Pelegrino, por sua vez, viu sua campanha abalada pelas avaliações negativas dos primeiros meses do governo federal, devido às denúncias do escândalo do “mensalão” e às políticas de reforma da previdência. Além disso, os ataques de Borges conseguiram convencer os eleitores que faltava prestígio ao petista para conseguir os recursos federais para a construção do metrô de Salvador, a principal intervenção da União na capital baiana.

César Borges concentrou seus ataques em Pellegrino, vislumbrando que o petista era o seu principal adversário. Por sua vez, Pellegrino respondia aos ataques deste, com o apoio de Lídice da Mata, explorando, por exemplo, o episódio de repressão aos estudantes pela polícia militar no seu governo, assim como sua ligação com ACM, sobretudo em relação aos escândalos da violação do painel eletrônico e dos grampos telefônicos ilegais. Enquanto isto,

⁶ - Segundo Rubim (2002), o poder de ACM se constituía e se apresentava como poder econômico, poder judiciário e poder midiático-cultural. Esse conjunto de poderes interferia diretamente nos resultados eleitorais, como por exemplo, na maior facilidade de ter seus pedidos de direito de resposta atendidos pela Justiça Eleitoral que os seus oponentes nas eleições para prefeito de Salvador em 2000.

João Henrique fazia uma campanha personalista, marcada por um apelo emocional, com “postura acima de briga”, sem ataques aos adversários, apresentando propostas pragmáticas e/ou populistas. Dessa forma, ele credenciou-se como uma via alternativa, entre o carlismo e o petismo, no momento em que ambos mostravam-se desgastados (Rubim, 2000).

No segundo turno, os candidatos ligados aos partidos de esquerda (PT, PSB, PCdoB) declararam apoio a João Henrique (PDT), viabilizando-lhe a vitória sobre César Borges com 74,69% contra 25,31% dos votos válidos. Borges (PFL) teve contra si além da mais alta taxa de rejeição entre todos os candidatos, também sua própria indisposição para defender o bloco carlista. Para um político que preferia continuar no senado a tornar-se prefeito da capital baiana, o peso de defender na campanha um grupo que já se mostrava desgastado depois de 14 anos à frente do governo do Estado e oito à frente da Prefeitura de Salvador, revelou-se um obstáculo intransponível, ainda que tanto o prefeito quanto o governador gozassem de bons índices de avaliação perante a população (Oliveira, 2007). Subsidiado pela popularidade adquirida como deputado estadual e com o apoio da aliança dos partidos de esquerda, João Henrique desbancou os carlistas do palácio municipal, no pleito de 2004.

Tabela 1. Resultado das Eleições para Prefeito de Salvador, 2004

Candidatos – Partidos	1º turno		2º turno	
	N	%	N	%
João Henrique (PDT)	526.890	43,71	876.278	74,69
César Borges (PFL)	264.355	21,93	296.986	25,31
Nelson Pellegrino (PT)	261.198	21,67	---	---
Lídice da Mata (PSB)	124.856	10,36	---	---
Da Luz (PSDC)	9.450	0,78	---	---
Benito Gama (PTB)	6.354	0,53	---	---
Ângela Mani de Faria (PRTB)	5.155	0,43	---	---
Rivailton Veloso (PTC)	4.322	0,36	---	---
França (PSTU)	2.150	0,18	---	---
Antônio Eduardo (PCO)	642	0,05	---	---
Total de Votos Válidos	1.205.372	91,73	1.173.264	93,85
Branços	37.008	2,82	20.755	1,66
Nulos	71.641	5,45	56.065	4,48
Abstenção	271.325	17,11	335.262	21,15
Total de Votos	1.314.021	100	1.250.084	100
Eleitorado	1.585.346	100	1.585.346	100

Fonte: TSE

A vitória de João Henrique pode ser vista como resultado de um projeto iniciado nas eleições de 2000, quando o mesmo conquistou a terceira colocação com 7,5% dos votos. Parecendo buscar construir capital eleitoral para futuros pleitos, João Henrique concentrou sua campanha no esforço de construção da sua imagem destacando, como sintetizou Rubim (2002:205), “sua vida parlamentar, realizações como vereador e deputado estadual, a condição de ‘homem de família’ e sua postura como candidato.” Sem envergadura para brigar com os candidatos do PFL e do PT, por escassez de recursos orçamentários, logísticos e prestígio para campanha, o pedetista veiculou programas sem grandes recursos televisivos no HGPE para propor, sempre com uma abordagem personalista, soluções para o problema do desemprego, saúde e educação em Salvador. Seus discursos além de promover suas realizações pessoais como parlamentar e apresentar propostas para resolver os problemas da cidade, não mirava seus adversários políticos. Seu histórico de luta em favor do direito dos consumidores, contra multas de trânsito, cobrança de taxas de lixo, iluminação pública e reajuste de impostos, o aproximou dos segmentos da classe média soteropolitana.

Com uma hábil estratégia de ocupar a mídia entre eleições, fazendo uso constante de representações de liminares junto ao Ministério Público contra medidas impopulares levadas a cabo pelas três esferas de governo (Oliveira, 2007), ao lançar-se candidato no pleito de 2000, João Henrique trazia já consigo a imagem de político humano, ético, aplicado e responsável. Colheu seus primeiros resultados dessa campanha logo nas eleições de 2002, consagrando-se com deputado estadual mais votado e, em 2004, conquistou a prefeitura.

Dois anos depois, a surpreendente derrota do governador Paulo Souto para Jaques Wagner ainda no 1º. turno nas eleições de 2006 para o governo do estado ratificou a quebra da hegemonia carlista na política baiana. Os peefelistas confiantes no apoio dos seus aliados tradicionais, PP e PL, apostavam na reeleição de Paulo Souto. Enquanto o PT lançou, mais uma vez, a candidatura de Wagner, agora fortalecida com a aliança de nove partidos de oposição e o endosso do presidente Lula, que naquele momento gozava de alta taxa de popularidade na Bahia. Nesse contexto, Wagner conseguiu associar sua imagem à do presidente, afirmando que esse seria o garantidor das propostas do seu governo caso ele fosse eleito. Seu discurso destacava que os progressos econômicos e sociais elencados pelo governador eram resultado mais dos investimentos da administração federal na Bahia do que da competência das sucessivas administrações do PFL. O argumento da campanha afirmava que depois de governar o estado por 16 anos o carlismo não foi capaz de gerar o bem-estar social para a maioria da população. Embriagados pelos bons índices de avaliação do governo, pela liderança folgada nas pesquisas, pelo portfólio de obras realizadas nas gestões peefelistas e pela certeza de contar com o apoio da maioria dos 416 prefeitos baianos, os carlistas só perceberam muito tarde, quando foram abertas as urnas, a força do apelo do discurso anticarlistas, naquele momento em que seu grupo já não exercia o monopólio do acesso aos recursos do governo federal (Dantas Neto, 2003).

As eleições para prefeito de Salvador em 2008 reproduziram as mesmas configurações de forças das disputas de 2004. Entretanto, tratava-se de uma conjuntura nova, pois com a eleição de João Henrique no pleito passado criou-se uma terceira via, de maneira que as candidaturas não se colocaram mais com base na bipolarização carlismo x anticarlismo, embora essa idéia ainda perdurasse de alguma forma. Tratava-se, contudo, de um carlismo que se encontrava nesta década em momento de refluxo, como vimos, vivendo sucessivas perdas eleitorais, enfrentando defecções e baixa de quadros, entre elas, a mais sentida, a de seu líder o senador ACM, que faleceu em 20 de julho de 2007 (Oliveira, 2007).

As eleições municipais de Salvador em 2008 caracterizaram-se, sobretudo, por ser a primeira vez que o grupo carlista disputaria uma eleição sem estar ocupando qualquer cargo de governo na estância municipal, estadual ou federal (Oliveira, 2007). Até mesmo o campo midiático, no qual a família Magalhães, vinha desde os anos 1980 exercendo papel preponderante na formação da opinião pública na cidade, também viu seu poder se diluir com a expansão e fortalecimento das redes de rádio e televisão ligados as igrejas evangélicas e outros grupos locais, com a Rede Record. O grupo anticarlista também sofreu divisões, já que reunia legendas de variados espectros ideológicos sob a liderança do PT. Com a candidatura de reeleição de João Henrique, este pleito significou não apenas um teste do poder da vertente de centro instituída pelo prefeito, mas também uma oportunidade para os demais candidatos de reavaliarem a força política dos seus respectivos grupos. A Tabela2 mostra o quadro evolutivo das eleições para a prefeitura na capital baiana desde 1985.

Tabela 1 - Prefeitos Eleitos em Salvador 1985-2008.

Eleição	Prefeito	Partido	Votação	V. Válidos (%)
1985	Mário Kertész	PMDB	328.256	61,6%
1988	Fernando José	PMDB	274.271	30,2%.
1992	Lídice da Mata (2ºt)	PSDB	n.d.	47,2%
1996	Antônio Imbassahy (1ºt)	PFL	407.019	51,6%

2000	Antônio Imbassahy (1ºt)	PFL	531.423	53,7%
2004	João Henrique (2ºt)	PDT	876.278	74,7%
2008	João Henrique (2ºt)	PMDB	753.487	58,5%

Fonte: TSE e Jornal A Tarde

Trajetória dos candidatos até as eleições de 2008

A eleição para prefeito de Salvador revelou que seria acirrada desde seu período pré-eleitoral. Pelo menos nove políticos lançaram-se como pré-candidatos entre os principais partidos, gerando disputas intra-partidárias e entre partidos dentro dos seus respectivos campos ideológicos. Diversas pesquisas especulavam as chances dos seguintes candidatos, caso eles concorressem na sucessão à prefeitura de Salvador em 2008: o prefeito João Henrique (PMDB), o ex-prefeito Antônio Imbassahy (PSDB), a ex-prefeita Lídice da Mata (PSB), o ex-prefeito Evaldo Brito (PTB), o radialista Raimundo Varela (PR), os deputados federais Nelson Pelegrino e Walter Pinheiro (PT) e ACM Neto e José Carlos Aleluia (DEM). Pesquisa interna do DEM, realizada pelo Instituto GPP, do Rio de Janeiro, e publicada, em julho, na imprensa local mostravam o favoritismo do ex-prefeito Imbassahy e do radialista Varela na corrida para a prefeitura, respectivamente com 30,6% e 20,0% das intenções de voto, e a falta de prestígio do incumbente João Henrique, que com dificuldade somava apenas 10% (Oliveira, 2007). Segundo Oliveira (2007), nas simulações de segundo turno, revelava-se a fragilidade da candidatura de João Henrique. O prefeito perderia para Imbassahy, 25,7% a 51,7%; Pelegrino, 30,2% a 38,9%; Varela, 24,3% a 50,2%; e para Lídice, 30,0% a 39,7%.

No período pré-eleitoral, muitos partidos viveram o dilema da escolha de ter ou não ter candidatura própria. Mais do que nunca foi importante para as legendas refletirem sobre quais eram as reais chances de suas candidaturas, quais seriam seus objetivos, quais alianças ser-lhes-ia mais lucrativas e quais recursos poderiam contar para campanha. No seio das duas principais agremiações da arena política baiana, DEM e PT, pelos menos duas pré-candidaturas se colocavam na disputa da legenda. Entre os petistas, este fato tornar-se-ia o estopim de conflitos que comprometeriam o andamento da sua campanha e a natureza das estratégias discursivas dos seus adversários.

João Henrique entrou na corrida eleitoral carregando consigo baixos índices de avaliação do seu governo, enquanto a imprensa divulgava incansavelmente críticas sobre a situação geral da cidade e da sua população. Quase nenhum campo da sua administração gozava de boa avaliação: saúde, educação, trânsito, etc. É interessante notar que quando foi eleito, em 2004, o prefeito enaltecia o fato de seu governo contar com o apoio de 15 partidos, entre eles, PT, PSDB, PMDB. No último ano da sua gestão, à medida que se aproximava o período eleitoral, um a um, os aliados foram retirando seu apoio, publicizando suas críticas ao governo e colocando-se na oposição. Alguns deles, como o PT, PCdoB e PSB, com projetos de lançar candidatura à sucessão foram os primeiros a deferir seus ataques contra o ex-aliado. Em abril de 2008, a quatro meses da campanha, o número de aliados do prefeito caiu de quinze para três, restando apenas o PSC, PDT e PP. Além de tentar recompor sua base, restou ao prefeito contra-atacar impelindo sobre os ex-aliados a pecha de traidores e oportunistas. É neste cenário, seja para não se contaminar com os resultados negativos da administração peemedebista, seja pelo senso de oportunidade de conquistar o poder para si mesmo, que os partidos da base do prefeito romperam com ele, deixando para traz os cargos que haviam conquistado por conta do apoio que lhe ofereceram para assegurar a vitória na eleição de 2004, como também para possibilitar-lhe governabilidade.

É verdade que desde o início do seu mandato, essas alianças entre o PMDB e PT, se estruturaram sobre bases instáveis, pois colocavam lado a lado partidos e grupos que disputavam a hegemonia política regional. Observando-se este cenário, no qual o prefeito aparecia com sua imagem depreciada, seu governo mal avaliado, seus ex-aliados se colocando no rol dos desafiantes e com divulgação de críticas generalizadas saltitando na imprensa, os prognósticos postados na mídia afirmavam que ele não teria a menor chance de se reeleger. Mais do que um *underdog*, ele era considerado pelos analistas uma carta fora do baralho.

A estratégia de buscar suporte de um partido forte para apoiar seu projeto de reeleição levou João Henrique a deixar o PDT e ingressar no PMDB logo em maio de 2007.

Habilmente, depois de ver seu nome vetado no PT e PSDB, o prefeito achou no PMDB o ninho, a proteção e os recursos financeiros que procurava. Numa entrevista ao principal jornal baiano, João Henrique deixou claro que o pragmatismo orientou sua decisão de trocar de partido. Conforme informa o repórter: “Ele acredita(va) que vestindo a camisa do partido do ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima e de outros membros do primeiro escalão do Palácio do Planalto poder(ia) abrir a porta do cofre do governo federal em benefício da cidade de Salvador. E já faz(ia) planos para a inauguração de várias obras nos seus últimos dois anos de mandato, turbinando-os para a campanha da reeleição” (*A Tarde*, 13/05/2007). Em troca, na visão do governador Jaques Wagner, ainda ressentido da crise que a movimentação de João Henrique provocou na aliança entre o PT e o PMDB, “Geddel e o PMDB receberam esse presente – tinham pouquíssima coisa em Salvador e ganharam um prefeito e uma prefeitura, como máquina política para fazer a operação da política, no bom sentido” (*Jornal Valor Econômico*, 09/02/2008). Em outras palavras, em troca de cargos na administração municipal, poder político ao estilo dos tradicionais caciques baianos e maior visibilidade na cena política na capital do estado, o ministro Geddel Vieira Lima, líder do PMDB no estado, tomou para si a missão de proteger seu correligionário.

Primeiro, Geddel começou liberando os recursos federais para que o prefeito João Henrique realizasse obras em Salvador⁷: “Eu mesmo liberei R\$ 30 milhões, para obras de contenção de encostas, macrodrenagem, construção e recuperação de escadarias e outras de prevenção de chuvas, obras que contemplam as áreas mais pobres da cidade” (*A Tarde*, 13/08/2007). Em seguida, articulou as alianças necessárias para viabilizar a reeleição do prefeito. Com poucas opções de alianças entre os grandes partidos, que já sinalizavam que iriam lançar suas próprias candidaturas, poucos parceiros estavam ao alcance de João Henrique. Assim sendo, Geddel saiu na frente de todos e convenceu o ex-prefeito Edvaldo Brito (PTB) a retirar candidatura para ser o vice na chapa de João Henrique na campanha de reeleição. O tributarista assumiria ainda a coordenação da equipe de programa de governo do peemedebista. O ex-prefeito explicou que estava “retribuindo ao prefeito João Henrique” (...) “entregando para o projeto a sua experiência administrativa” em agradecimento ao apoio que ele (“ainda um menino” sic) e seu pai, então governador João Durval Carneiro, deram-lhe na campanha para prefeito de 1985. Com lucidez Geddel explicava a importância dessa aliança com o PTB na disputa da prefeitura: “Saímos na frente, somos os primeiros a receber um apoio dessa importância e compor a chapa completa. Temos mais tempo de TV e estamos trazendo mais um partido da base de Lula para apoiar João Henrique, o que mostra a densidade da candidatura” (*A Tarde*, 12/05/2008).

Com efeito, além de capturar partidos da base de apoio do governador petista, João Henrique conseguiu compor uma coligação com oito partidos, de maneira a garantir-lhe a imensa capilaridade dessas agremiações junto ao segmento dos eleitores evangélicos e de baixa renda da cidade, o maior tempo de propaganda no HGPE, cerca de 9min e 27s, e a legitimidade de se apresentar como aliado do presidente Lula em Salvador (ver tabela 3).

A arquitetura dessa aliança entre o PMDB e o PTB chamava a atenção, ainda, por ser composta por um candidato a prefeito que é branco e evangélico e um vice-prefeito que é negro e “ogan” de candomblé. Como veremos adiante, o “sincretismo político” expresso nesta

⁷ Segundo *A Tarde* 13/08/2007, das verbas do Ministério da Integração Nacional destinadas à Bahia, 68% do total foi repassado por convênios a prefeituras do PMDB. De acordo com o ministro Geddel Vieira Lima, que comandava a pasta desde março de 2007, os critérios de liberação dos recursos são técnicos. Dados mais recentes apontam que, este ministério destinou, a partir de 2007, sob gestão de Geddel, volume crescente de recursos para municípios baianos, no Programa de Apoio a Obras Preventivas de Desastres. O município de Salvador foi o que mais se beneficiou com os repasses de verbas tendo recebido, em 2007, 9,7 milhões dos 20,3 milhões destinados às prefeituras baianas; em 2008: recebeu 38,6 milhões de um total de 98 milhões; em 2009, ficou com R\$ 40 milhões dos R\$ 190,5 milhões dessa rubrica (*A Tarde*, 10/04/2010).

composição de aliança “branco-negro”/“evangélica/candomblé”, i.e. “aliança político-partidária-étnico-religiosa”, pode ser observado também na coligação construída pelo católico ACM Neto (DEM) com o bispo Márcio Marinho (PRB) e o evangélico Walter Pinheiro (PT) com a católica Lídice da Mata (PSB). Na composição da chapa todos os arranjos podiam ser encontrados; apenas uma única coisa não variou: foi o fato do candidato a vice-prefeito ser negro - fosse ele evangélico, católico ou candomblecista - e o aspirante a prefeito ser branco. Dessa forma, as peças da sucessão foram encaixadas pelos líderes políticos buscando equilibrar o peso desses fatores naquela conjuntura.

Por ser reconhecido amplamente como evangélico, ainda que não fizesse proselitismo de sua religião, ao agregar um político negro e membro de um dos mais tradicionais terreiros de candomblé da Bahia como candidato a vice-prefeito na sua chapa, João Henrique fez um movimento importante para neutralizar as críticas de que sua administração desrespeitava as religiões de matriz africana, sobretudo depois que agentes da Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (Sucom) executaram uma ação de demolição de um terreiro de candomblé no início da corrida eleitoral, no final do mês de fevereiro de 2008. Com ampla cobertura da imprensa local, esta ação foi classificada pelas entidades de defesa dos cultos afro-brasileiros e pelo movimento negro como um caso de intolerância religiosa e racismo institucional. Tal repercussão gerou, de um lado, resposta imediata do prefeito que ordenou pessoalmente a suspensão da demolição e declarou que iria apurar quem seriam os responsáveis pela autorização para demolição da casa religiosa; de outro lado, provocou a intervenção do ministério público para que o conflito fosse resolvido (*Atarde*, 27/02/2008).

Com 75% da população local constituída de negros (pretos e pardos), valorização da herança cultural africana na cidade, persistência de racismo e preconceito, perseguição de igrejas evangélicas a terreiros de candomblé, em verdadeiras ações batizadas de intolerância religiosa, marginalização e desigualdade de acesso a educação, saúde e moradia entre negros e brancos, perceber e trabalhar com essa conjuntura – de forte tensão racial, desigualdades socioeconômicas e étnico-religiosas – era uma questão que se colocava para todas as candidaturas. Sobretudo, porque graças às mobilizações do movimento negro todos esses problemas ganharam maior visibilidade e entraram na agenda político-eleitoral, como a instituição da reserva de vagas nas universidades públicas e o programa de combate à anemia falciforme adotado pela Prefeitura de Salvador (Santos, 2008). É justamente para tentar contornar os conflitos étnico-raciais que contribuíam naquele momento para alimentar o alto índice de rejeição do prefeito na cidade, sobretudo junto à comunidade negra, que a aliança com ex-prefeito Edvaldo Brito mais se justificava. Dessa maneira, ele re-creditava uma imagem de político pluralista, democrático e ecumênico, numa cidade de maioria negra e marcadamente ligada às tradições afro-brasileiras e pela emergência do voto evangélico.

No campo de esquerda e centro-esquerda, se apresentaram nomes e partidos que até então compunham o governo, ocupando cargos na administração de João Henrique (PT, PSB, PCdoB, PV e PSDB). Os deputados federais Nelson Pellegrino, Luiz Alberto e Walter Pinheiro, além do deputado estadual J. Carlos, disputaram a legenda do PT, enquanto a ex-prefeita Lídice da Mata e a vereadora Olívia Santana, apresentaram-se como pré-candidatas, respectivamente, do PSB e PCdoB. Pinheiro foi o preferido da maioria dos membros do diretório regional petista, que consideravam que Pellegrino, por ter sido o candidato do partido nos três últimas disputas à prefeitura já teria esgotado suas chances. Os projetos políticos da então deputada federal Lídice da Mata foram serenados com a conquista da vaga de vice-prefeito na chapa petista e com a promessa de apoio numa eventual candidatura ao senado em 2010, enquanto a vereadora Olívia Santana apenas demarcou seu espaço no campo da esquerda. Por fim, Pinheiro venceu às prévias do seu partido, batendo o seu colega Pellegrino com uma pequena Margem de votos, conquistou o apoio de Lídice e de Olívia, bem como dos seus correligionários que retiraram suas pré-candidaturas.

Toda essa movimentação contrariava os interesses do governador Jaques Wagner que preferia ver seu partido apoiando a reeleição de João Henrique e assim manter o apoio do PMDB ao seu governo. Pellegrino foi o principal articulador da candidatura petista, que levou o partido a sair da base de sustentação do prefeito, entregar os 200 cargos que possuía no governo e precipitar a crise entre os líderes do PMDB e PT na Bahia. O ministro Geddel Vieira Lima ficou irritado ao ver o PT deixar a base de sustentação do prefeito do seu partido às vésperas da eleição, num momento em que as pesquisas apontavam uma alta rejeição de João Henrique e baixa avaliação do seu governo. Neste contexto, Geddel expressava seu descontentamento com a decisão petista que estava sendo gestada: "O PMDB continua extremamente ético, leal e correto no apoio ao PT. Acredito que o PT, que está conosco desde o início da administração João Henrique, participando de acertos e eventuais erros, não vai abandonar esse barco" (Martinez, 2008). O governador Jaques Wagner, por sua vez, submeteu-se à vontade do diretório estadual, mas tentou ao máximo harmonizar os conflitos entre os aliados afirmando que ficaria contente se qualquer candidato de sua base de apoio ao governo vencesse às eleições. Posição que se revelou insustentável durante a campanha.

Na oposição de centro e centro-direita apresentaram-se como pré-candidatos os ex-prefeitos Antônio Imbassahy, que vinha representando o PSDB desde 2006 depois de construir toda sua trajetória no PFL, e Edvaldo Brito (PTB), o radialista Raimundo Varela (PRB), e os deputados federais ACM Neto e José Carlos Aleluia, que disputaram a indicação do DEM. O neotucana Imbassahy, que liderava as pesquisas de intenção de voto no período pré-eleitoral, conseguiu atrair para sua base apenas o PPS, dissuadindo os socialistas de lançarem candidatos próprios ou de se alinharem ao PT ou PMDB, em troca da vaga de vice-prefeito na sua chapa. O deputado federal ACM Neto além de conquistar o apoio do seu correligionário - José Carlos Aleluia - conseguiu, também, a adesão de Raimundo Varela, que até então era o segundo colocado na preferência do eleitorado soteropolitano.

A trajetória de Antônio Imbassahy até o Palácio Thomé de Souza cumpriu uma espécie de roteiro característico de quadros políticos do carlismo (Oliveira, 2007). Formado em engenharia, o ex-prefeito era um técnico que foi alçado ao mundo político-partidário por ACM nos anos 1990, depois de dirigir empresas estatais nos anos 1970 e 1980. Ele exerceu mandatos de deputado estadual pelo PFL, foi governador interino durante o período em que o titular ACM, se licenciou para concorrer ao Senado, e o seu vice-governador Paulo Souto para disputar o governo em 1994. Dois anos depois, Imbassahy foi lançado pelo PFL como candidato a prefeito de Salvador. Sua estratégia de campanha consistiu, de um lado, em traçar uma associação direta da sua imagem com ACM e defender a necessidade da afinidade político-ideológica entre os chefes de executivo municipal, estadual e federal para viabilizar os projetos da prefeitura. De outro lado, ele atacou frontalmente a administração de Lídice no HGPE, reeditando as críticas que seus aliados viam dirigindo contra a prefeita, nos diversos meios jornalísticos do grupo, ao longo de toda sua gestão. O candidato do senador venceu o pleito no 1º. turno com 53,7% dos votos válidos, deixando para trás Pelegrino (PT) com 24.3%, Pedro Irujo (PMDB) com 11,0% e Domingos Leonelli (PSDB) com 11,0%.

A administração de Imbassahy contou com o apoio de toda a estrutura da máquina carlista, sobretudo o suporte do governo do estado e a presença de seus correligionários nos altos escalões do governo FCH. Imbassahy cooptou vereadores e formou esmagadora maioria na Câmara Municipal. Ele desbloqueou junto ao judiciário as verbas que a prefeita Lídice da Mata não pode usar durante sua gestão, demitiu sem ônus trabalhadores de empresas municipais e executou importantes obras de infra-estrutura na capital, como a reforma do Dique do Tororó. Os órgãos estaduais de fomento ao turismo fizeram intensa propaganda das belezas da cidade, contribuindo para atrair números recordes de turistas nacionais e internacionais. As mudanças que as obras realizadas e/ou em andamento promoviam na paisagem de Salvador, juntamente com a ostensiva propaganda institucional, com as marcas

dos governos municipal, estadual e federal, davam a impressão de que a administração de Imbassahy estava sendo bem sucedida. As sondagens de opinião pública mostravam que o prefeito gozava de grande popularidade e que seu governo manteve avaliação positiva durante todo seu primeiro mandato. Por exemplo, segundo pesquisa Datafolha do dia 5/11/2000, 63% dos entrevistados consideravam que era ótima ou boa a administração do peefelista, enquanto 27% ponderavam que ela era regular e apenas 9% a reprovavam.

Como usualmente acontece com os governantes que buscam reeleição, o prefeito Imbassahy guardou na manga um conjunto de obras para lançar no seu último ano de gestão, dentre elas o projeto do metrô de Salvador. A promessa de construir o metrô foi o carro chefe de sua plataforma de governo na disputa de 2000. A retórica de que um bom governo deveria continuar sob a ameaça de que um novo prefeito, que não fosse afinado com os governos estaduais e federais, poderia destruir todas as conquistas obtidas naqueles últimos anos foi mais uma vez editada nas propagandas carlistas. O discurso de auto-elogio à competência administrativa do grupo carlista dominou o debate político-eleitoral baiano. Paralelamente, Imbassahy conseguiu formar, para sua campanha de reeleição, uma ampla coligação de centro e direita, de maneira a garantir-lhe além do maior tempo no HGPE, também a adesão de antigos opositores ligados ao PMDB e PPB, que controlavam nichos eleitorais nas periferias da cidade nas quais os carlistas não conseguiam penetrar. Dessa forma, podendo mostrar uma ampla cartela de obras realizadas, sustentado em ótima avaliação do seu governo, contando com uma forte estrutura partidária e abundantes recursos para campanha, Imbassahy se reelegeu com 54% dos votos já no primeiro turno no pleito de 2000.

As críticas à administração do peefelista apontavam em uníssono para a carência de investimentos na área social, educação e saúde, além da falta de políticas municipais para combater o desemprego, que registrava o maior índice entre as capitais brasileiras. Seus adversários denunciavam, ainda, casos de corrupção na administração municipal e gastos excessivos em publicidade para promover a imagem do prefeito e do seu grupo político. Propagandas mostrando imensas filas nas portas de centros de saúde municipais, as desigualdades das zonas “nobres” e das favelas e bairros pobres da periferia povoavam os programas de todos os candidatos da oposição. Apesar de terem apresentado uma visão acurada da situação da capital baiana, os anti-carlistas diminuíram suas chances na disputa da prefeitura por terem se apresentado divididos em quatro candidaturas pouco competitivas⁸. Todos os candidatos pareciam está mais preocupados com a construção das suas imagens e/ou das suas agremiações para futuros pleitos do que com a disputa efetiva da eleição de 2000.

Somente nas eleições de 2004, com o carlismo buscando assegurar a continuidade do poder local lançando a candidatura do ex-governador e agora senador César Borges, os adversários colocaram em cheque a proclamada competência administrativa de Imbassahy. Mais uma vez criticaram a falta de investimentos na saúde e tornaram seus ataques eficazes dizendo que por não ter municipalizado a gestão da saúde, o prefeito deixou a cidade perder o acesso aos recursos federais disponíveis. Apesar de terminar o mandato com um alto índice de aprovação do seu governo e ostentando o título de melhor prefeito do Brasil, ao final do segundo mandato, numa conjuntura de retração do poder do carlismo depois da vitória de Lula nas eleições de 2002, Imbassahy não conseguiu transferir votos para César Borges.

Em 2005, sem cargo político e temendo perder espaço no PFL, Imbassahy rompeu com o carlismo e se transferiu para o PSDB. Candidatou-se ao Senado em 2006, mas acabou em terceiro lugar, suplantado pelo ex-governador João Durval (PDT) e pelo senador Rodolpho

⁸ - Em 2000, liderando um frente de partidos de esquerda (PSB, PCdoB, PPS, PV e PCB), o PT lançou pela segunda vez o deputado federal Nelson Pellegrino; o PDT montou uma pequena coligação com o PAN para apoiar o deputado estadual João Henrique; o PSDB lançou o jovem deputado Arthur Maia (PSDB) e o PCO apresentou o professor Antônio Eduardo.

Tourinho (PFL)⁹. De acordo com Oliveira (2007), para derrotá-lo, o PFL movimentou todas as suas bases municipais, isolando-o, e postou-lhe o rótulo de traidor. Nesta eleição, Imbassahy conseguiu somar cerca de 1 milhão de votos, a maioria deles junto ao eleitorado soteropolitano, e marcou sua cisão com o grupo de seu ex-padrinho político ACM. O prestígio acumulado como prefeito e a imagem de ser um administrador competente, humano e que respeita a diversidade permitiu que Imbassahy liderasse as pesquisas pré-eleitorais à prefeitura de Salvador em 2008 e surgisse como favorito para vencer este pleito.

Esta eleição era uma importante batalha para o antigo PFL após ser rebatizado (*rebranding*) com o nome de Democratas, logo após a perda do seu maior líder, o recém-falecido senador ACM. O PFL abandonou o nome da legenda, perdeu alguns quadros importantes, como o ex-prefeito Imbassahy (PSDB) e o ex-governador e senador César Borges (PR), que migraram para outras agremiações, mas preservou o seu antigo número de urna (25) (Oliveira, 2007). O grupo de ACM trouxe consigo o “passivo” das derrotadas nas duas últimas eleições para prefeito da capital em 2004 e para governador do estado em 2006 e a imagem associada a práticas clientelistas, patrimonialismo e conservadorismo. Ou seja, o antigo PFL baiano passava por um momento de transformação em Democratas, não contava mais com a liderança carismática de ACM, cujo capital político garantia ao partido pelo menos 20% dos votos em Salvador¹⁰ e grande visibilidade no cenário nacional. Neste contexto, para o DEM uma candidatura própria à prefeitura espelhava o esforço de manter viva a legenda do grupo carlista, preservar o capital político da direita e construir novas lideranças no partido. Qualquer coisa para além dessas metas, já era contabilizada como lucro. Seus líderes viviam o desafio de harmonizar as forças políticas que habitavam o partido¹¹.

Mesmo depois de conquistar espaço próprio dentro do grupo carlista após dois mandatos de governador do estado, Paulo Souto reconhecia a força do carisma de ACM entre os eleitores baianos e também apostou no seu herdeiro, o deputado federal ACM Neto, para representar o DEM na disputa à sucessão da prefeitura da capital. Entre os estrategistas do partido, algumas características de ACM Neto indicavam a viabilidade da sua candidatura. De acordo com Oliveira (2007), por ser jovem, um deputado de menos de 30 anos, com expressiva atuação na oposição ao governo Lula no Congresso Nacional e durante a CPI dos Correios, sua imagem favorecia o discurso de apelo à renovação proposta pelo partido, que já estava em curso com a própria troca do nome da legenda de PFL para Democratas (Lavereda, 2009). Além de gozar de expressiva visibilidade no cenário regional, Neto credenciou-se como melhor nome para defender o partido por ter sido o deputado federal democrata mais votado em Salvador e na Bahia, em 2002 e 2006, e por contar com o apoio da máquina do seu partido e com o suporte da rede de comunicação de sua família¹², seja para divulgar sua candidatura nos diversos segmentos do eleitorado, seja para desconstruir o discurso dos adversários. O grande desafio de ACM Neto foi saber como tirar vantagem da filiação ao avô sem ser associados aos pontos negativos que estão ligados ao carlismo.

⁹ - O ex-governador João Durval (PDT) conquistou a única cadeira na disputa ao senado somando 2,655,556 (36,7%), sobrepondo o senador Rodolfo Tourinho (PFL) que obteve 1,947,777 (27%) e o ex-prefeito Antônio Imbassahy (PSDB) ficou com apenas 1,015,634 (14%).

¹⁰ Na eleição para o Senado em 2002, ACM obteve 22,9% dos votos válidos. Em 2006, seu candidato, que nunca havia disputado uma eleição, Rodolpho Tourinho, obteve 16,3%. Como resultado da campanha para prefeito em 2004, César Borges, que nunca fez política em Salvador, teve 21,9% no primeiro turno, e 25,3% no segundo.

¹¹ - Identificava-se ainda antes da mudança do nome da legenda de PFL para DEM a existência de divisões na agremiação entre os chamados “carlistas ortodoxos”, seguidores do senador ACM, e os neocarlistas, liderados pelo ex-governador Paulo Souto (Oliveira, 2007).

¹² - A família do falecido senador ACM é proprietária da maior sistema de comunicação da Bahia, que inclui canais de televisão retransmissoras da Rede Globo, rádios FMs e AMs, e o segundo maior jornal do estado - O Correio da Bahia e empresas gráficas.

Apesar de liderar as pesquisas durante todo o período pré-eleitoral, a radialista Raimundo Varela (PRB) retirou seu nome da competição e declarou apoio a ACM Neto. Depois de avaliar que necessitava de estrutura partidária e inserção política para além dos segmentos da sua audiência, Varela acabou franqueando seu capital político ao herdeiro de ACM¹³. Esse apoio foi bastante celebrado pelo DEM (*A Tarde*, 03/06/2008), porquanto viabilizaria a um só tempo, além da virtual transferência do espólio de voto do radialista junto aos segmentos de baixa renda e moradores dos bairros pobres de Salvador para ACM Neto, como também evitaria o risco do Democratas verem suas chances de vitória arrebatadas por um homem da imprensa do tipo populista, como já havia acontecido na eleição de 1988 quando o radialista Fernando José (PMDB) bateu o carlista Manoel Castro (PFL)¹⁴.

A desistência de Varela rendeu ainda para o Democratas uma aliança valiosa com o PRB e PR, pois lhe garantiu além do aumento do tempo de propaganda no horário eleitoral, também a inclusão do nome do ex-deputado federal e bispo Marcio Marinho (PR), ligado a Igreja Universal do Reino de Deus, como vice-prefeito na sua chapa. Essa aliança de caráter ecumênico, costurada pelo senador César Borges, viabilizava o diálogo do candidato do DEM com os segmentos da população sensíveis ao discurso populista de Varela, confiava-lhe o apoio da TV Itapoan/Rede Record a sua candidatura e dava-lhe acesso ao eleitorado evangélico, que é reconhecidamente caracterizado por sua suscetibilidade às orientações dos seus líderes religiosos sobre suas escolhas eleitorais.

A conquista do apoio do PRB e do PR desenvolveu-se como se fosse uma novela, uma vez que outros partidos (PT e PSDB) também disputavam com o DEM o privilégio de compor com essas legendas na sucessão, seja porque seu pré-candidato liderava a corrida eleitoral com 19% das intenções de voto ou porque seus partidos contavam com o apoio do sistema de rádio e televisão da rede Record na Bahia, que eram canais para interpelar os segmentos da população de baixa-renda e os eleitores evangélicos de Salvador. Ao final, ACM Neto costurou a coligação "*A voz do povo*" (DEM, PR, PRB, PTN, PTC, PRP, PSDC e PT do B) que além de lhe render 5min e 42s para veicular suas mensagens no HGPE, também garantia capilaridade a sua candidatura, devido ao contingente de candidatos a vereador da chapa.

Devido à capacidade dos grandes partidos de atraírem para si os chamados partidos nanicos, observou-se uma redução significativa do número de candidaturas em relação ao pleito de 2004. Naquela oportunidade, 10 nomes inscreveram-se para disputar as eleições para prefeito, mobilizando 24 partidos. Cinco pequenos partidos lançaram candidatos para a disputa à prefeitura, ao passo que 18 agremiações preferiram se aglutinar para formar quatro coligações. Junto os chamados "nanicos" conseguiram somar apenas 1,8% dos votos, caracterizando a posição de coadjuvantes que essas legendas desempenham nas eleições em Salvador. Já em 2008, apenas uma tríade de pequenos partidos de esquerda, formada pelo PSOL, PSTU e PCB, insistiu em montar a coligação a "Frente de Esquerda Socialista", para enfrentar o PMDB, DEM e PT, e lançou a candidatura de Hilton Coelho.

Dispondo de cerca de 2min no HGPE, o candidato do PSOL posicionou-se como um vociferante crítico do prefeito e de todos outros postulantes ao palácio municipal. O jovem Hilton Coelho tinha a seu favor a experiência de ter chegado em quarto lugar, somando

¹³ - Esta não foi a primeira vez que Raimundo Varela desistiu de disputar a prefeitura, mesmo ocupando a liderança nas pesquisas no período pré-eleitoral. Na eleição de 2004, a desistência do radialista favoreceu a candidatura do atual prefeito João Henrique, que naquele contexto pode mais tranquilamente posicionar-se com uma alternativa ao carlismo e ao anti-carlismo, colocando-se, como pretendia Varela, como um candidato acima de posições ideológicas e partidárias.

¹⁴ - O medo da candidatura de Varela tinha fundamento uma vez que os caciques políticos locais viram os eleitores soteropolitanos elegerem o radialista Fernando José Guimarães Rocha prefeito na sucessão de 1988. Tal como Varela, Fernando José era locutor de futebol e apresentava o programa popular, Balanço Geral, na TV Itapoan, o mesmo que atualmente Varela comanda sob controle da Rede Record.

apenas 38,870 votos (0,63%) na eleição para o governo baiano em 2006. Apesar dessa ínfima votação, essa campanha contribui para torná-lo conhecido do eleitorado soteropolitano, para além dos redutos da militância petista, do movimento estudantil e do Movimento dos Sem Tetos de Salvador, nos quais ele vinha militando nos últimos 20 anos. A campanha para governador deu ao correligionário da ex-senadora Luiza Helena também a oportunidade para que ele se familiarizasse com a linguagem da televisão para melhor disseminar suas críticas aos partidos que “estavam implantando as políticas neoliberais no Brasil”, seus ataques ao prefeito, como também suas propostas para resolver os problemas dos moradores de Salvador.

Ao final, dentre as duas dezenas de nomes que se apresentaram como pré-candidatos à sucessão da prefeitura quase todos se mantiveram na disputa, seja como cabeça de chapa seja como vice. Apenas cinco candidaturas disputaram à prefeitura de Salvador nas eleições de 2008. O prefeito João Henrique pleiteava um segundo mandato, tendo como desafiantes o tucano Antônio Imbassahy, o democrata ACM Neto, o petista Walter Pinheiro e o socialista Hilton Coelho. É importante salientar que além de Imbassahy, mais dois ex-prefeitos entraram na corrida eleitoral na condição de candidatos a vice-prefeito. A deputada federal Lídice da Mata caminhou ao lado de Walter Pinheiro e o tributarista Edvaldo Brito marcou sua presença na campanha de João Henrique. Isto significa que não apenas o incumbente tinha sua imagem, currículo e realizações sob avaliação do eleitorado, mas também todos os ex-prefeitos podiam ser interpelados sobre sua dose de responsabilidade concernente aos problemas que a cidade vivia naquele momento. Nesse sentido, como operar os fundamentos teóricos do voto retrospectivo se todos os candidatos eram ex-mandatários? Qual seria, então, o espaço de tempo que o eleitor consideraria para imputar aos ex-mandatários às responsabilidades pelo progresso e problema de sua cidade? É justamente a trajetória dos postulantes à prefeitura que irá modelar os termos do debate entre as diversas candidaturas.

Os prognósticos iniciais apontavam como favoritos dois nomes: ACM Neto e Antônio Imbassahy, uma vez que os dois saíram na frente na corrida, enquanto seus adversários mais fortes pareciam fora do páreo (ver Gráfico1). Devido ao processo de desgaste político do prefeito, um lento e pouco expressivo avanço das suas intenções de votos e a volatilidade eleitoral, poucos apostavam numa arrancada do mandatário rumo ao segundo turno, quanto mais sua reeleição. Todavia, quando se observava o capital político dos partidos e dos candidatos que disputavam as eleições, como também quando se pesa quanto cada competidor estava apostando naquele pleito, podia-se supor que a sucessão municipal em Salvador seria decidida em dois turnos, principalmente quando olhamos para o tempo de propaganda dividida entre os candidatos, o que já denotava um potencial não desprezível para o prefeito candidato à reeleição e para o candidato petista para contestarem seus adversários, uma vez que tinham os dois maiores tempos no HGPE no primeiro turno (ver Tabela 3).

Tabela 3. Candidatos a prefeito e vice, coligações segundo tempo de exposição no HGPE, Salvador - 2008

Candidatos	Coligações	Tempo
João Henrique (PMDB)/ Edvaldo Brito (PTB)	" <i>A força do Brasil em Salvador</i> " (PMDB, PTB, PDT, PSC, PP, PRTB, PSL, PMN e PHS)	9min e 27s
Walter Pinheiro (PT)/ Lídice da Mata (PSB)	" <i>Salvador, Bahia, Brasil</i> " (PT, PSB, PC do B e PV)	7min e 18s
ACM Neto (DEM)/ Marcio Marinho (PR)	" <i>A voz do povo</i> " (DEM, PR, PRB, PTN, PTC, PRP, PSDC e PT do B)	5min e 42s
Antônio Imbassahy (PSDB)/ Miguel Kertzman (PPS)	" <i>Para melhorar Salvador</i> " (PSDB e PPS)	5min e 26s
Hilton Coelho (PSOL)/ Lucas R. Scaldaferrri (PSTU)	" <i>Frente de esquerda socialista</i> " (PSOL, PSTU e PCB)	2min e 7s

Fonte: TSE

2- A Campanha e o Discurso dos Candidatos

Quem apenas visse ou ouvisse os discursos sobre Salvador, pelo HGPE da campanha para a Prefeitura Municipal da cidade, teria que forçadamente acreditar que a capital dos baianos seria não uma metrópole, mas um hospital geral, tal a quantidade de problemas de saúde que os soteropolitanos reclamavam. Seria forçado a reconhecer também, pela propaganda política eleitoral dos candidatos a prefeito – que Salvador seria um burgo podre, habitada por pobres de Jó, carente de qualquer saneamento básico. A cidade turística, de praias famosas, de festas internacionalmente conhecidas como o carnaval, a cidade que tem história, economia e certa tendência de crescimento – esta raramente apareceu nos discursos dos candidatos.

Como sabemos, esta eleição colocou de um lado os desafiantes ACM Neto (DEM), Antônio Imbassahy (PSDB), Walter Pinheiro (PT) e Hilton Coelho (PSol) contra o incumbente João Henrique (PMDB). O prefeito e Pinheiro saíram da terceira e quarta posição nas pesquisas de intenção de voto, com 18,9% e 7,5%, para conquistar as vagas no 2º. turno, deixando para trás ACM Neto e Imbassahy que lideraram as pesquisas até o começo das transmissões do HGPE, com, respectivamente, 27,0% e 25,3% dos votos. A mudança de posições entre os concorrentes revela a volatilidade do voto neste colégio eleitoral (ver gráfico 1). A dinâmica da campanha caracterizou-se ainda pela convergência das propostas e por candidatos pouco diferenciados em termos de plataforma política e credibilidade. O que apresentamos abaixo é um resumo crítico, fruto da análise de conteúdo, dos discursos dos candidatos à prefeitura.

ACM Neto iniciou sua campanha afirmando-se doce pessoa, líder nato, político ecumênico e conhecedor do cofre de Brasília. Apresentou-se com uma bandeira: Salvador seria, então, uma cidade sem lei, carente de um “xerife” que resgatasse a segurança para o cidadão. Para isso, defendeu, ao longo da campanha, a criação de uma guarda municipal armada, o programa *Big Brother* Bairro (câmaras de TV para vigilância das ruas e praças soteropolitanas). Quadro do DEM, ACM Neto procurou mostrar uma nova face do partido que ainda tem, na Bahia e em Salvador, as características do seu avô, ACM. O líder nato é, durante a campanha, transformado em *menino do povo*, numa busca de identidade entre ele com a população de Salvador. Tenta passar uma imagem de político moderno, que saberia como combater a pobreza com o desenvolvimento econômico e a tecnologia. Prometia adotar a escola de tempo integral (iniciativa atribuída ao senador e ex-governador de Brasília, Cristovam Buarque). Com o *slogan – é possível fazer diferente* – e com a bandeira da segurança, ACM Neto defendia investimento na educação, saúde, treinamento profissional, geração de emprego e a manutenção do programa Bolsa Família em Salvador. Abusou da imagem choque - como o concorrente Walter Pinheiro – sobre a pobreza dos pobres e a miséria dos miseráveis.

Com o *slogan* “Testado e aprovado”, por ter sido duas vezes prefeito de Salvador e avaliado como o melhor prefeito do Brasil, Antônio Imbassahy apostou seu sucesso na própria biografia política (com ênfase num apelo personalista), com um *jingle* em escala decrescente/descendente que soletrava Im-bas-sahy. Como os demais candidatos, ele apresentou, no HGPE, um programa de governo com propostas que buscavam atender as necessidades mais imediatas da população de Salvador, como as promessas de melhoria e ampliação das creches comunitárias, atendimento médico-hospitalar para a população pobre, reconhecimento de que a questão da segurança pública depende da ação integrada entre prefeitura, do governo estadual e da comunidade mobilizada, bem como da educação e da oferta efetiva de oportunidades. Por ter experiência prévia como prefeito, Imbassahy explorou também os problemas da questão fundiária na capital baiana, prometendo garantir títulos de terras (para quem tivesse direito!) e propostas para as áreas da educação, urbanização, saúde, trabalho, além de investimentos na cultura. Manteve-se com chances reais de vencer as

eleições do final de julho (quando tinha 25,3% das intenções de voto) e o início de setembro de 2008 (queda para 14,2%), deixando a posição de protagonista, para a condição de político coadjuvante. Terminou a corrida em quarto lugar. Urnas abertas, somou 8% dos votos e viu ser depreciado o capital político que havia acumulado com prefeito.

Walter Pinheiro buscou, ao longo do 1º. turno capitalizar para si o prestígio e votos do governador Jacques Wagner e, principalmente, do presidente Lula. Para tanto, sovou durante todo o HGPE o bordão *Lula – Wagner – Pinheiro*, com variações tais como *Lula Presidente / Wagner Governador / Pinheiro Prefeito da Gente* ou *Salvador vai ganhar com a parceria Lula, Wagner, Pinheiro*, ou ainda, *Chegou a vez de Salvador: Lula, Wagner, Pinheiro* ou, para não ser exaustivo, *É Lula, É Wagner, É Pinheiro*. Essa estratégia era justificável diante da excelente avaliação do governo Lula e da boa avaliação de Wagner pelo eleitor soteropolitano. Não é possível negar que a colagem da imagem de Pinheiro à Lula e Wagner não tenham resultado em votos – e a ida do candidato para o 2º. turno, batendo Imbassahy e ACM Neto instruem nossa análise nesta direção. Mas, essa mesma estratégia parece ter sido limitada por dois fatores: o primeiro foi que – disputando os votos do mesmo segmento do eleitorado, o candidato peemedebista à reeleição, João Henrique, também explorou a alegada *boa relação com Lula* e, o segundo fator é que Pinheiro não apresentou diferencial maior diante do prefeito, a não ser o fato de ser do mesmo partido de Lula e de Wagner.

Pinheiro começou com uma campanha *mais à esquerda*, conclamando o eleitor de Salvador com o chamado quem trabalha é vermelho, usando todos os signos do partido dos trabalhadores (cores, números e Lula). Suas propostas de campanha prometiam: acabar com o analfabetismo, usar com *maestria* suas conexões com o planalto para concluir as obras do metrô e implantar o bonde moderno, melhorar a educação, saúde, segurança e a geração de emprego nos bairros. Para não fugir a regra seguida por todos os seus adversários, também comprometeu-se a defender os interesses dos negros, apoiar projetos de valorização da cultura afro-brasileira e a instituir políticas de ação afirmativa para os jovens afro-descendentes e para as mulheres. Se Pinheiro, com o prestígio de Lula e Wagner, chegou ao 2º. turno das eleições municipais, a partir daí não conseguiu ser mais que isso, frente ao candidato à reeleição.

Percebia-se que a campanha do candidato do PT teve Lula e teve Wagner, mas faltou a pessoa, o político e as propostas que deveriam diferenciar Walter Pinheiro na disputa para a prefeitura de Salvador. Apesar da baixa popularidade do prefeito, o candidato petista não foi capaz de construir um discurso persuasivo e consistente de crítica ao governo João Henrique, uma vez que seu partido havia participado da sua administração até às vésperas da campanha, com duas secretarias e dezenas de cargos. Principalmente, ele não foi capaz de responder aos contra-ataques que impeliavam aos petistas baianos a marca de traidores e oportunistas. Dessa forma, ele não conseguiu se desvincular da responsabilidade pelas mazelas da administração do peemedebista. Como saldo da campanha, Pinheiro conseguiu afirmar-se como uma alternativa no partido e no eleitorado baiano para disputas a cargos majoritários no futuro, consolidando sua imagem como um político: “sério, ético e representante do PT na Bahia”.

Por fim, o candidato do PSOL, Hilton Coelho, entrou na campanha eleitoral para a Prefeitura de Salvador com o objetivo, ao que parece, de denunciar o Capital e os capitalistas, representado pelas empreiteiras e por todos os demais candidatos, além do Governador da Bahia e do Presidente da República Federativa do Brasil. Neste amplo ataque ao capital e aos capitalistas, Hilton afirma que a democracia exige redefinição de prioridades, sem defini-las. Com cerca de dois minutos no HGPE, o candidato do PSOL enumerava um *pout-porri* de problemas que lhe parecia estar afetavam os soteropolitanos: caos no trânsito, transporte deficiente, passe-livre para estudantes, escassez de moradia, racismo, defesa da mulher e combate ao machismo, homofobia, defesa do meio ambiente, combate a corrupção, melhoria da segurança pública. Foi o candidato que vocalizou as críticas mais duras ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU de Salvador aprovado na administração de João Henrique.

Denunciava que este plano teria o objetivo de facilitar a “venda da cidade”, priorizando a construção de condomínios de luxo, em detrimento dos investimentos em moradias populares.

Para Hilton, na Salvador de maioria negra, os condomínios de luxo, em lugar de mata Atlântica, representariam um processo de “limpeza étnica” e de degradação da cidade. Com pouquíssimo tempo na TV, escassos recursos para campanha, mas com uma plataforma que sublinhava os problemas da cidade, discurso contundente contra os adversários, apoio dos militantes e uma comunicação eficiente junto aos jovens, minorias e pobres, como atesta o *jingle* de sua campanha “Eu quero Hilton 50”, que virou *hit* entre os eleitores, o candidato do PSOL foi capaz de marcar posição, reclamando ser o legítimo representante da esquerda. Surpreendeu a todos ao conquistar quase metade dos votos obtidos pelo ex-prefeito Imbassahy (3,0%), pilotando uma campanha carente de recursos financeiros e logísticos.

A campanha de reeleição de João Henrique, no horário eleitoral, foi marcada por três características: 1) a defesa dos 4 anos de governo à frente da prefeitura; 2) a tentativa de convencer o eleitor, de que era *ungido* pelo Presidente Lula, pelo governador Jaques Wagner e por nove ministros de Estado, sobretudo Geddel Vieira Lima; e, 3) por uma estratégia de prestar contas da sua gestão, ao mesmo tempo em que prometia futuras realizações. Assim, a campanha de João caracterizou-se pela prestação de contas, defesa do seu governo, promessas de obras futuras e forte apelo à continuidade. No primeiro turno, diante das acusações de ineficiência, incompetência e má utilização de recursos públicos, o incumbente buscou contrapor realizações no campo da urbanização (com projeto *banho de asfalto*, *i.e.* recapeamento e recuperação das ruas, e *banho de luz*, *i.e.* melhoria da iluminação pública), da construção de casas populares, da educação e da área da saúde. Seu discurso dirigiu-se, sobretudo, aos segmentos de baixa renda, destacando que trabalhou em prol dos mais carentes: liberou o trabalho informal, fez micro-obras de infra-estrutura urbana (obras de contenção de encostas, contra enchentes e contra alagamentos); aumentou os salários dos funcionários municipais; ampliou a oferta de imóveis por causa do PPDU (favorável a classe média e ao setor de construção civil), e, dessa forma, transformou a cidade num canteiro de obra a quatro meses da eleição. Não esqueceu, ainda, de mostra-se sensível aos problemas da comunidade negra, como atesta a escolha de um vice-prefeito negro e candomblecista. Na defesa do seu governo, João Henrique atribui os eventuais fracassos da sua administração aos seus antecessores (Imbassahy-PFL) e aos antigos aliados (PT/Pinheiro/Wagner).

Com grande tempo de propaganda no HGPE, João Henrique pôde exibir à exaustão as obras realizadas ou em realização na sua gestão. Assombrado com a possibilidade de transferência de prestígio de Lula e de Wagner para o seu adversário petista Walter Pinheiro, o peemedebista apelava, reiteradamente, a cada programa do HGPE, para a condição de amigo, aliado, apoiado, amparado e fiel parceiro de Lula, no plano federal, e de Wagner, no estadual. Quando, no segundo turno, foi proibido de usar a imagem de Lula pela justiça eleitoral, o prefeito passou a mostrar obras e mais obras que eram fruto da parceria João/Lula. Esta tática de exibir imagens da *parceria* João e Lula anulou o argumento dos petistas de que Salvador só teria a ganhar com a eleição de um candidato do mesmo partido do presidente e do governador.

Enfim, como aconteceu nas eleições de 2004, o segredo do sucesso da campanha de João Henrique em 2008 foi resultado da sua capacidade de fazer alianças à esquerda e à direita, consolidando-se como alternativa ao carlismo e ao anti-carlismo. Neste último pleito, a estratégia do incumbente consistiu em prever que essa eleição seria uma maratona disputada em duas etapas. Diante do cenário de péssima avaliação do seu governo, sua meta principal era, primeiro, chegar ao segundo turno e, depois, conquistar o apoio do grupo derrotado, uma vez que conhecia o peso que as clivagens partidárias desempenham nas disputas locais. Para tanto, como vimos, suas ações buscaram, simultaneamente, de um lado, a redução da rejeição (mostrando realizações/ prestando contas/ transferindo responsabilidades, fazendo ataques

diretos aos seus antecessores e ex-aliados), de outro lado, a reconstrução da imagem do prefeito e do seu governo. Somente dessa forma, foi possível alavancar o crescimento nas intenções de voto e carimbar o passaporte para o turno decisivo.

Ao contrário do que aconteceu em 2004, dessa vez João Henrique (PMDB) encontrou na coligação liderada por ACM Neto (DEM) o apoio decisivo para bater Pinheiro (PT), seu adversário no 2º. turno de 2008. Com o apoio da direita, o prefeito pode co-responsabilizar os ex-aliados da esquerda pelos alegados fracassos da sua gestão, como também transferir para seus antecessores os passivos dos problemas que “ainda” perduravam na cidade. Ao que parece, diante de um cenário de pouca oferta de boas candidaturas, convergência de propostas e candidatos pouco diferenciados, o eleitor aceitou as limitações do incumbente em troca de ações políticas simples e ordinárias de gestão da cidade, tais como: manter a cidade limpa, iluminação pública, manutenção de parques, etc. É pouco provável que o esforço do prefeito de se apresentar na sua propaganda como um gestor: incisivo, firme e confiante, tenha mudado sua imagem de “João chorão” e “prefeito marionete”, principalmente quando sabemos que não era segredo em sua campanha que o ministro Geddel era seu patrono, responsável pela transferência de recursos do ministério da Integração Nacional, que permitiram realizar as obras concluídas às vésperas das eleições. Vê-se que na equação do voto retrospectivo, o eleitor pode diminuir suas expectativas sobre o papel do prefeito e reavaliar os méritos do seu governo. Parodiando Meyrowits (1986), pode-se dizer que o eleitor soteropolitano tinha um claro senso de lugar, reconhecia as limitações das suas opções políticas e não acreditava mais em mandatários super-heróis e se contentou com execução de pequenas ações que lhe permitam sobreviver na sua cidade (ver Tabela4).

Tabela 4. Resultado das eleições a prefeito no Salvador, 2008

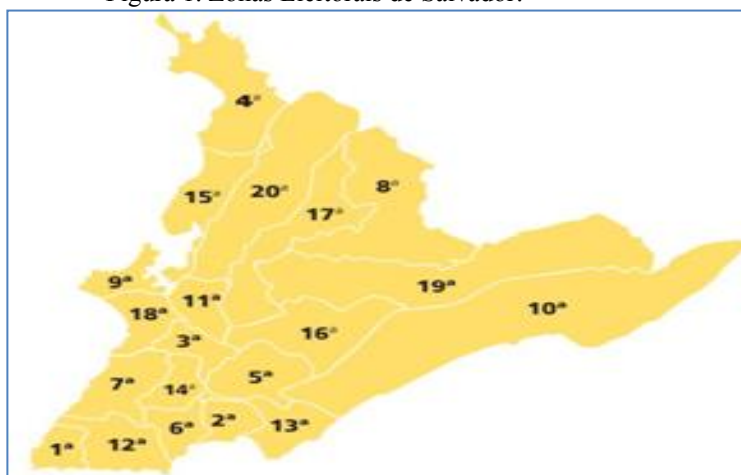
<i>Candidatos – Partidos</i>	<i>1º turno</i>		<i>2º turno</i>	
	N	%	N	%
João Henrique (PDT)	402.684	30,0	753.487	58,46
Walter Pinheiro (PT)	390.933	30,0	535.492	41,54
ACM Neto (DEM)	346.881	26,0	---	
Antônio Imbassahy (PSDB)	108.660	8,0	---	
Hilton Coelho (PSOL)	51.196	3,0	---	
Total de Votos Válidos	1.747.278			
Branco	52.728	3,0	35.263	2,0
Nulos	98.909	6,0	78.231	5,0
Abstenção	295.287	16,0	344.805	19,0
Total de Votos	100			
Eleitorado	1.747.278	100	1.747.278	100

Fonte: TSE

3- As Bases Sociais do Voto

Para concluirmos nossa análise é importante observarmos mais atentamente as bases eleitorais dos candidatos conforme cristalizadas nas suas votações na cidade. A escolha e a definição político-ideológica em toda sociedade depende do contexto das experiências sociais, sendo que para compreender a manutenção e a alternância do poder político, necessita-se identificar os processos sociais que se estruturam no tempo e no espaço. A cidade Salvador possui 20 zonas eleitorais, divididas conforme a figura abaixo:

Figura 1. Zonas Eleitorais de Salvador.



Fonte: jornal A Tarde (28/10/2008).

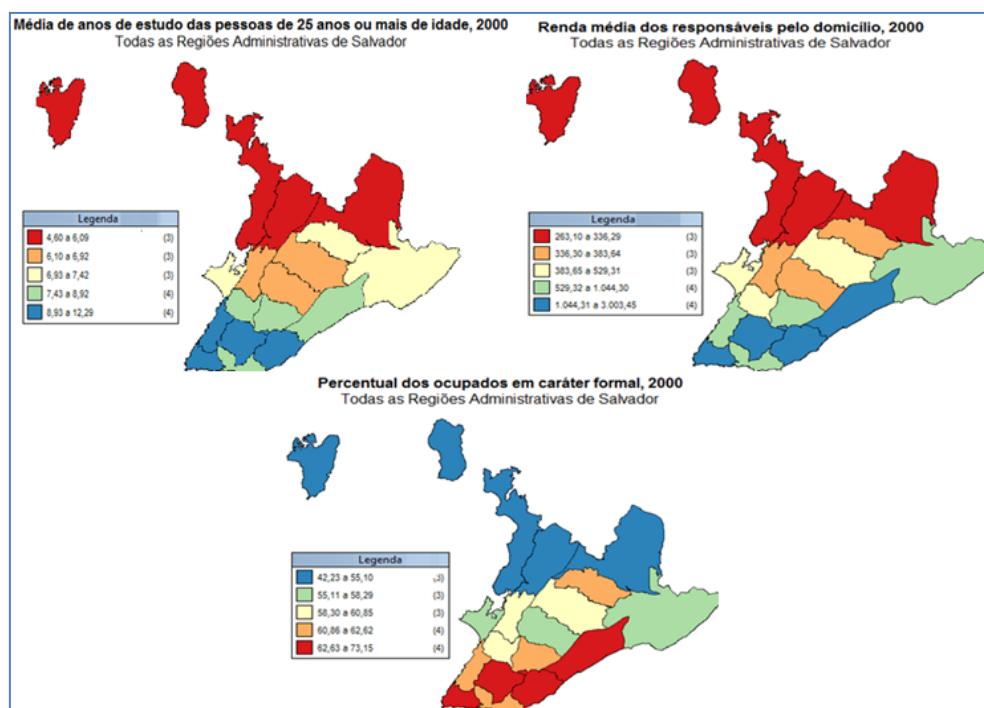
Analisando os resultados do primeiro turno (ver tabela5), verificamos que a votação de João Henrique (PMDB) variou de 26,1 a 46,6%. Comparando os resultados das zonas eleitorais em 2008 com os dados de educação, renda e tipo de emprego do ano de 2000 (ver figura2), notamos que as zonas de destaque de João (4, 8 e 15) representam os espaços de mais baixas condições sociais, no norte da capital. Pinheiro (PT) apresentou uma variação entre 20,1 e 31,2%, também com destaque para as regiões de mais baixa educação, renda e trabalho formal (zonas 4, 16, 19 e 20), englobando o norte, nordeste e parte do “miolo” de Salvador. Enquanto isso, ACM Neto (DEM) e Imbassahy (PSDB) apresentaram votação mais vultosa nas zonas mais ao sul da capital, de maior nível escolar, maior renda e maior percentual de ocupação formal. Hilton (PSol) também apresentou resultados ligeiramente superiores ao sul da cidade.

Tabela 5. Porcentagem de Votos Válidos no 1o turno (por Zona Eleitoral)

Candidatos	Zona1	Zona2	Zona3	Zona4	Zona5	Zona6	Zona7	Zona8	Zona9	Zona10
JOÃO H.	26,1	31,0	32,5	37,2	31,8	29,6	30,7	38,1	30,3	32,8
W.PINH.	25,3	30,0	28,8	30,3	29,4	26,2	26,2	26,5	30,0	25,4
NETO	33,7	27,4	26,1	20,0	27,2	30,3	29,5	24,9	28,4	26,7
IMBASS.	11,8	7,2	8,2	9,5	8,0	9,1	9,2	6,6	7,0	11,3
H.COEL.	3,1	4,4	4,5	3,2	3,6	4,8	4,5	3,9	4,3	3,8
	Zona11	Zona12	Zona13	Zona14	Zona15	Zona16	Zona17	Zona18	Zona19	Zona20
JOÃO H.	31,7	28,9	30,3	30,7	46,6	31,6	34,9	31,7	31,7	34,8
W.PINH.	30,1	28,4	20,1	28,3	26,5	30,9	29,9	28,9	30,7	31,2
NETO	26,0	29,6	32,6	29,2	18,6	26,1	24,8	27,3	25,0	24,0
IMBASS.	8,1	8,6	13,6	7,3	5,0	7,6	6,8	7,5	8,7	6,5
H.COEL.	4,1	4,5	3,3	4,5	3,3	3,7	3,6	4,6	3,8	3,5

Fonte: TRE-Ba

Figura 2. Distribuição espacial da média dos anos de estudo, da renda domiciliar e do percentual de ocupados formais em Salvador (2000).



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador (baseado no Censo do IBGE de 2000).

No segundo turno, disputado por João Henrique (PMDB) e Walter Pinheiro (PT), observa-se que não houve grande variância territorial (ver tabela4). João venceu em todas as zonas, o que sugere que após disputarem os mesmos espaços no primeiro turno, o apelo de João Henrique foi mais atrativo no segundo turno entre aqueles que tinham votado em outros candidatos. As zonas ao sul da cidade que eram destaque para os candidatos que perderam o primeiro turno parecem ter mudado o voto em direção da escolha por João Henrique (PMDB).

Tabela 6. Porcentagem de Votos Válidos no 2o turno (por Zona Eleitoral)

Candidatos	Zona1	Zona2	Zona3	Zona4	Zona5	Zona6	Zona7	Zona8	Zona9	Zona10
JOÃO H.	63,8	58,3	56,3	58,4	56,9	56,6	57,6	62,6	59,9	53,5
W. PINH.	36,2	41,7	43,7	41,6	43,1	43,4	42,4	37,4	40,1	46,5
	Zona11	Zona12	Zona13	Zona14	Zona15	Zona16	Zona17	Zona18	Zona19	Zona20
JOÃO H.	56,1	60,2	55,5	60,1	67,4	57,3	58,7	56,5	55,6	58,9
W. PINH.	43,9	39,8	44,5	40,0	32,6	42,7	41,3	43,5	44,4	41,1

Fonte: TRE-BA.

As conclusões do 2º. turno obtidas pela análise territorial são ainda complementadas pelos dados da última pesquisa de opinião realizada pelo Datafolha, nos dias 24 e 25 de outubro (ver tabela7). Através do cruzamento entre a intenção de voto estimulada no 1º. turno e o voto no 2º. turno (desconsiderando as opções branco/nulo/nenhum e não sabe), notamos que os eleitores de Imbassahy (PSDB) e Hilton Coelho (PSOL) ficaram divididos, enquanto os de ACM Neto (DEM) penderam mais a favor de João Henrique (PMDB).

Tabela 7. Intenção estimulada no segundo turno e Memória do Voto (% na coluna das opções válidas)

	ACM Neto (DEM)	Imbassahy (PSDB)	Hilton Coelho (PSOL)	João H. C. (PMDB)	Walter Pinheiro (PT)	Total
João H. C. (PMDB)	191 65,0%	40 48,2%	20 45,5%	536 94,0%	59 10,9%	846
Walter P. (PT)	103 35,0%	43 51,8%	24 54,5%	34 6,0%	480 89,1%	684
	294	83	44	570	539	1530

Fonte: Pesquisa Data Folha nº 3473. Cruzamento entre P9 e P2, excluídos opções branco/nulo/nenhum e não sabe.

4- Por Dentro dos Números: os fatores que influenciaram a intenção de voto

Nessa seção, procuramos explicar o comportamento do eleitor quanto a sua intenção de voto (variável dependente) pela influência de fatores sociodemográficos, de identificação partidária, de avaliação dos diferentes níveis de governo e do acompanhamento da propaganda eleitoral gratuita (variáveis explicativas). Para tal fim, foi possível contar com várias perguntas utilizadas nos questionários do Instituto Datafolha aplicados durante a campanha nos dois turnos em Salvador.

Na composição social dos eleitores soteropolitanos entrevistados, tem-se uma proporção ligeiramente maior de mulheres (cerca de 54%). No aspecto etário geral, os entrevistados representam adultos jovens (em que quase 70% têm até 44 anos). Quanto à renda familiar, pouco menos da metade dos pesquisados indicaram possuir o menor nível de renda do questionário (até R\$830,00), outros 20% tinham renda entre 1245 e 2075 reais, e o resto decaía a frequência de pessoas à medida que cresciam as categorias de renda. O grau de instrução de cerca de 40% dos eleitores situava-os entre os analfabetos e aqueles que estudaram até 8ª série, enquanto os outros 60% estudaram até o ensino médio ou mais. Quanto à variável de cor declarada, tem-se que pouco mais de 70% podem ser classificados como negros (i.e., aqueles que se auto-definem como de cor preta ou parda), 10% brancos e o resto como outros, indígena ou amarela. Dentre as filiações religiosas, cerca da metade dos entrevistados são católicos, 15 a 20% são evangélicos pentecostais, cerca de 20% com outras religiões e pouco mais de 10% que não têm religião, são ateus ou não sabem.

Esses aspectos sócio-demográficos (sexo, idade, renda familiar, escolaridade, cor declarada e religião), por serem claramente antecedentes, são importantes para controlar e testar a estabilidade das variáveis como a identidade partidária, a avaliação dos governantes e a exposição à campanha. Logo, mesmo que elas sejam estáveis durante a campanha, elas influenciam os aspectos mais conjunturais. Além disso, elas também apresentam características próprias de ligação com a escolha do voto.

A variável de intenção de voto estimulada¹⁵ apresentou um alto grau de volatilidade durante campanha, como pode ser verificado no Gráfico 1. Os vencedores no primeiro turno partiram da terceira e da quarta posição. Sobre o momento da decisão do voto¹⁶, observa-se que, segundo pesquisa realizada entre 25 e 26 de setembro, um total de 74% dos eleitores declarava estar “totalmente decidido” sobre seu voto neste período. No começo de outubro este contingente somava 81% e no final de outubro 90%. Quanto a rejeição do voto¹⁷, nota-se que apesar de ACM Neto (DEM) e João Henrique (PMDB) apresentarem mesmo nível de rejeição na primeira pesquisa (em torno de 25% no início de julho), Neto teve sua rejeição

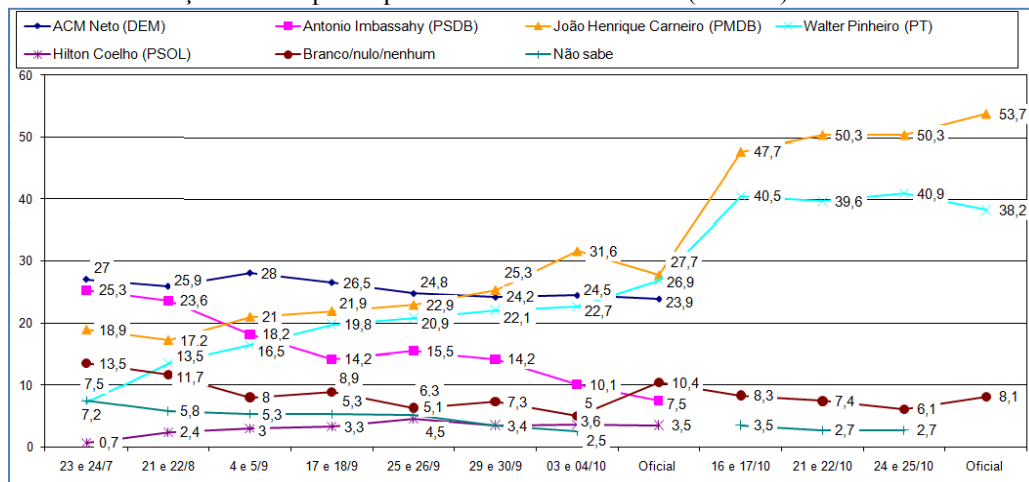
¹⁵“Se a eleição para prefeito de Salvador fosse hoje, em qual desses candidatos você votaria?” [opções: ACM Neto, Antonio Imbassahy, Hilton Coelho, João Henrique Carneiro, Walter Pinheiro, Em branco, Nulo/ nenhum, e Não sabe].

¹⁶ “está totalmente decidido a votar ou seu voto ainda pode mudar?” [opções: totalmente decidido, ainda pode mudar, não sabe, e não se aplica].

¹⁷ “não votaria de jeito nenhum” [opções ACM Neto, Antonio Imbassahy, Hilton Coelho, João Henrique Carneiro, Walter Pinheiro, Votaria em qualquer um/ não rejeita nenhum, Rejeita todos/ não votaria em nenhum, e Não sabe].

aumentada de forma crescente, alcançando 41% no final de setembro, enquanto João apresentou rejeição decrescente, chegando a 13% no fim de setembro. Pinheiro (PT) foi o candidato de mais baixa rejeição desde o início da disputa do período eleitoral.

Gráfico 1. Intenção de voto para a prefeitura de Salvador 2008 (1º turno).



Fonte: Datafolha e TSE.

Identidade partidária (partido político de preferência)

Essa variável geralmente adquire grande importância quando pensada como atalho informacional para avaliar o que se espera dos candidatos que se apresentam com base em experiências anteriores dos partidos. A preferência partidária também tem peso em perspectivas psicológicas que levam em consideração valores e elementos simbólicos que poderiam ser sintetizados na atitude de escolher um ou outro candidato (Bone & Ranney, 1966). Essa preferência também aparece carregada por fatores sociais em que diferentes clivagens estariam na raiz da formação dos partidos (Lipset e Rokkan, 1967).

Em Salvador, a identificação espontânea com algum partido político¹⁸ se situou na faixa dos 40%, enquanto 60% não sabiam, não responderam, ou disseram nomes e referências que não são partidos. O partido mais citado na preferência foi o PT (em torno de 25%) e o DEM e o PMDB apareciam em segundo lugar (cerca de 4% cada). Outros partidos foram pouco citados. Pela identificação com outros partidos além do PT ser muito baixa e somente a preferência por este ser mais significativa, a análise partidária estudada no modelo será diferenciada entre petistas, com preferência partidária que não o PT e os sem preferência partidária.

Avaliação dos governantes (desempenho do prefeito, do governador e do presidente)

A avaliação das administrações nos diferentes níveis de governo guarda uma relação entre a análise retrospectiva e as informações que essa traz ao eleitor para auxiliá-lo na comparação entre os candidatos que se colocam. Essa influência seria mais consistente em um contexto em que os partidos são uma referência mais forte, o que possibilitaria uma comparação de governos em um intervalo muito maior de tempo, o que é mais limitado num contexto personalista onde a influência depende da associação direta entre as figuras do passado/presente com aqueles que se apresentam para o futuro.

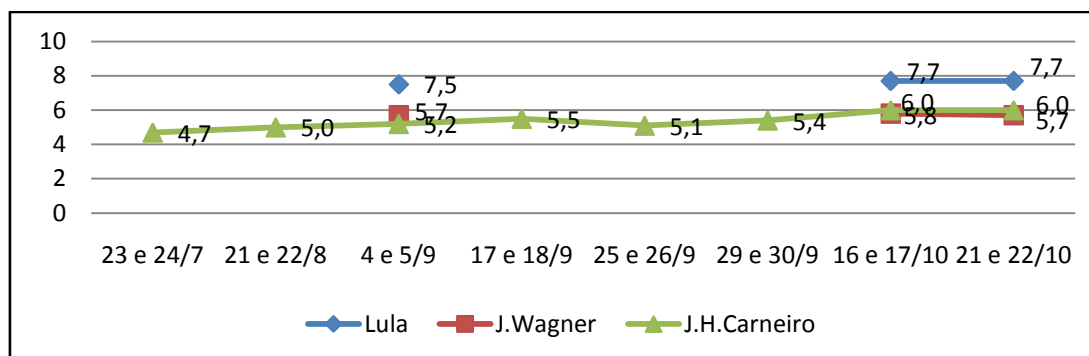
Dentre as análises de governo e desempenho dos governantes¹⁹, Lula foi o que aparecia mais bem avaliado (7,7) (ver gráfico2). Já o governador petista, Jaques Wagner, obteve nota

¹⁸ Pergunta: "Qual é o seu partido político de preferência?" (Resposta espontânea).

¹⁹ Perguntas: "De zero a dez, que nota você dá para o desempenho do...presidente Lula/governador Jaques Wagner/prefeito João Henrique Carneiro?"

média regular e estável (5,7). O prefeito João Henrique teve uma evolução interessante, no sentido de não ser bem avaliado no início do período de campanha (4,7), mas apresentou uma evolução até o final da disputa (6,0). Apesar da nota de João não ter passado de 6, sua ascendência apresentou uma tendência crescente e que chegou a superar a média da nota dada ao governador. Estes dados revelam a capacidade do prefeito de reverter durante a campanha as avaliações negativas que pesavam sobre sua administração no período pré-eleitoral.

Gráfico2. Avaliação do Desempenho dos Governantes municipal, estadual e nacional.



Fonte: Datafolha (cálculos dos autores)

Apesar da importância da avaliação de João Henrique (PMDB) na escolha do voto ser grande, os modelos apresentados não utilizaram essa variável, entendendo que a referência ao nome do prefeito candidato à reeleição na pergunta sobre a avaliação de governo traz consequências para o surgimento de dupla causalidade, repercutindo em viés dos parâmetros estimados. Além disso, por esse efeito geralmente apresentar um inchamento e provável superestimação da sua influência, é grande a possibilidade da presença de variáveis omitidas relacionadas à essa pergunta, o que também traz consequências para o viés dos parâmetros indicadores da influência da avaliação de governo na escolha do voto. Para mitigar essas dificuldades, sugere-se que se complementem as perguntas de avaliação de governo com outras mais específicas como a preferência por políticas públicas. Contudo, é possível utilizar as avaliações do governador e do presidente como *proxies*, pois essas apresentaram uma correlação significativa com a avaliação do governo do prefeito no nosso caso e a dupla causalidade não ocorre.

Campanha

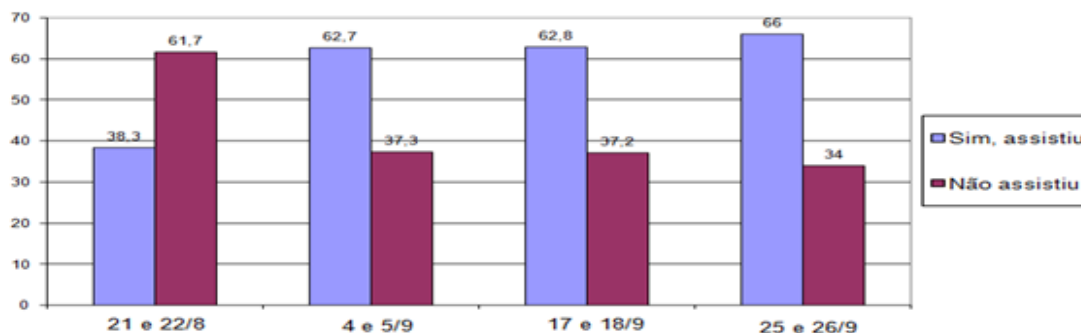
A campanha nos veículos de comunicação de massa tem se mostrado uma ferramenta de grande relevância e com alta capacidade de influência na decisão do voto, principalmente quando da escolha para o executivo em grandes cidades. A televisão tem se apresentado como uma instituição que apresenta um alto nível de confiança por parte do eleitorado. Através da TV, são praticadas estratégias para atrair eleitores com ênfase na imagem e na forma de comunicação do candidato. De acordo com Miguel (2004), a influência da mídia se notabiliza por ela se configurar como o principal palco para disputas entre personalidades que conseguem, muitas vezes, se sobrepor às organizações partidárias e lealdades ideológicas, principalmente no Brasil, onde a extensa penetração da mídia eletrônica de massa combina-se com um precário nível de escolaridade. O gráfico abaixo indica que o acompanhamento do horário gratuito eleitoral na televisão²⁰ em Salvador se consolidou a partir de 4 e 5 de

²⁰ Pergunta: “No dia 19 de agosto teve início o horário eleitoral gratuito na TV, que é exibido no período da tarde, entre uma e uma e meia (13h00 e 13h30), e à noite, entre oito e meia e nove horas (20h30 e 21h00). Você

setembro. Visando elucidar como se deu a apreensão da campanha junto aos diversos segmentos do eleitorado foi testado um modelo estatístico, que será descrito a seguir.

O Quadro 1 abaixo descreve as variáveis utilizadas quanto às suas divisões categóricas e formas de quantificação que foram utilizados na especificação do modelo rodado no *software* SPSS 12.

Gráfico 3. Acompanhamento do horário eleitoral gratuito na TV.



Fonte: Data Folha (cálculos dos autores)

Modelo Multivariado De Regressão Logística Multinomial

Este modelo de análise estatística é utilizado quando temos uma variável dependente com mais de duas categorias e que não podem ser ordenadas. De acordo com a especificação, a probabilidade de que um eleitor específico escolha uma alternativa é dada pela probabilidade de que a utilidade desta alternativa para o eleitor seja maior do que a utilidade de todas as outras alternativas disponíveis.

O Quadro 1 abaixo descreve as variáveis utilizadas quanto às suas divisões categóricas e formas de quantificação que foram utilizados na especificação do modelo rodado no *software* SPSS 12.

Quadro 1. Descrição das Variáveis Utilizadas no Modelo

Variável Dependente

Intenção Estimulada com 5 categorias²¹:

João Henrique/Acm Neto/ Imbassahy/ Walter P./ nenhum ou branco ou nulo

Variáveis Independentes (*Factors*)

Variáveis Independentes (<i>Factors</i>)	Dimensão	Categorias
Sexo	<i>Categórica(2)</i>	Mas/ Fem
Idade (anos)	<i>Ordenada(3)</i>	Até 24/ 25-44/ 45 ou +
Renda Familiar (reais)	<i>Ordenada(3)</i>	Até 830/ 831-1245/ 1246 ou +
Escolaridade	<i>Ordenada(3)</i>	Até fundamental comp./ até médio comp./superior ou pós
Cor declarada	<i>Categórica(3)</i>	Branco/Preto ou Pardo/ Outros, Amarelo ou Indígena
Religião	<i>Categórica(3)</i>	Evang. Pent./ Católica/ Outros ou NS ou ateu ou nenhum
Preferência Partidária	<i>Categórica(4)</i>	PT/Outros que nãoPT/Nenhum
Avaliação do gov. Lula	<i>Ordenada (3)</i>	Péss. ou Ruim/ Reg./ Bom ou Ót.
Avaliação do gov. J. Wagner	<i>Ordenada(3)</i>	Péss. ou Ruim/ Reg./ Bom ou Ót.
Exposição HPGE TV	<i>Categórica(2)</i>	Não exposto/ exposto

assistiu algum dia pela TV à propaganda de algum dos candidatos a prefeito no horário eleitoral gratuito?" (Respostas: "Sim, Assistiu"; "Não assistiu").

²¹ Respostas "Não sabe" (47 obs) e "Hilton Coelho" (26 obs) foram consideradas como *missing*.

Lembramos que uma preocupação recorrente na interpretação de resultados em análise multivariada é a ocorrência de multicolinearidade; i.e., quando variáveis independentes podem ser bastante correlacionadas, trazendo problemas de eficiência e para a significância de variáveis envolvidas. No exame de correlação entre as variáveis utilizadas apresentou uma forte associação entre renda e escolaridade e entre as avaliações dos governos de Lula e Wagner. Contudo, essa correlação não foi tão forte (não acima de 0,35) a ponto de retirarmos as variáveis envolvidas, pois não deve haver problemas para a estimação dos parâmetros. Ainda assim, é importante levarmos essa informação em consideração ao interpretar essas variáveis.

Abaixo é apresentada a tabela com os resultados dos modelos analisados para três períodos, a fim de que tenhamos uma perspectiva temporal da interpretação quantitativa. Nem todas as variáveis analisadas estavam presentes nos três períodos considerados. Ainda assim, é possível compará-las.

Tabela 7. Resultados dos Modelos de Intenção de Voto estimulada (base comparativa é “João Henrique Carneiro”).

Variáveis	Categorias de Análise	4 e 5/9 (um mês antes do 1ºt)		25e26/9 (10 dias antes do 1ºt)		21e22/10 (5 dias antes do 2ºt)	
		Erro Padrão	Odds Ratio	Erro Padrão	Odds Ratio	Erro Padrão	Odds Ratio
ACM Neto							
Gênero (ref: fem)	Masculino	0,227	1,085	0,197	0,878	-	-
Idade (ref: 45 ou +)	Jovem (16 a 24 anos)	0,343	1,177	0,284	1,190	-	-
	Adulto (25 a 44 anos)	0,266	0,954	0,227	0,667*	-	-
Renda Familiar (ref: 1246 ou +)	Até 830	0,287	0,582**	0,242	0,827	-	-
	831 a 1245	0,329	1,167	0,288	1,273	-	-
Escolaridade (ref: sup. ou pós)	Até fund. completo	0,591	0,615	0,384	0,888	-	-
	Até médio completo	0,566	0,598	0,345	1,128	-	-
Cor Decl. (ref: Preta ou Parda)	Outr., Amar. ou Indíg.	0,279	0,924	-	-	-	-
	Branca	0,417	2,843***	-	-	-	-
Religião (ref: Outras ou Nenhuma.)	Evang. Pentec.	0,311	0,639	0,297	0,569*	-	-
	Católica	0,257	1,478	0,224	0,926	-	-
Pref. Partidária (ref: nenhum)	Outros que não PT	0,306	1,041	0,247	1,449	-	-
	PT	0,296	0,409***	0,285	0,496*	-	-
Avaliação do gov. Lula (ref: bom e ót.)	Ruim ou Péssimo ar	0,492	2,108	-	-	-	-
	Regular	0,264	1,781**	-	-	-	-
Avaliação do gov. J. Wagner (ref: bom e ót.)	Ruim ou Péssimo ar	0,353	2,133**	-	-	-	-
	Regular	0,252	1,385	-	-	-	-
Exposição ao HPGE TV (ref: não exposto)	Exposto	0,236	1,543*	0,207	1,387	-	-
Constante		0,669		0,417		-	-
IMBASSAHY							
Gênero (ref: fem)	Masculino	0,251	1,130	0,222	0,747	-	-
Idade (ref: 45 ou +)	Jovem (16 a 24 anos)	0,379	0,992	0,331	0,777	-	-
	Adulto (25 a 44 anos)	0,292	0,788	0,250	0,686	-	-
Renda Familiar (ref: 1246 ou +)	Até 830	0,326	0,958	0,271	0,637*	-	-

	831 a 1245	0,375	1,370	0,314	1,243	-	-
Escolaridade (ref: sup. ou pós)	Até fund. completo	0,596	<u>0,169***</u>	0,411	0,699	-	-
	Até médio completo	0,563	<u>0,196***</u>	0,371	0,811	-	-
Cor Decl. (ref: Preta ou Parda)	Outr., Amar. ou Indíg.	0,332	0,670	-	-	-	-
	Branca	0,442	<u>2,706**</u>	-	-	-	-
Religião (ref: Outras ou Nenhuma.)	Evang. Pentec.	0,356	0,768	0,334	<u>0,448*</u>	-	-
	Católica	0,288	<u>1,848**</u>	0,247	0,743	-	-
Pref. Partidária (ref: nenhum)	Outros que não PT	0,361	0,616	0,367	<u>0,344*</u>	-	-
	PT	0,315	<u>0,510**</u>	0,275	0,845	-	-
Avaliação do gov. Lula (ref: bom e ót.)	Ruim ou Péssimo ar	0,568	1,032	-	-	-	-
	Regular	0,285	<u>1,834**</u>	-	-	-	-
Avaliação do gov. J. Wagner (ref: bom e ót.)	Ruim ou Péssimo ar	0,394	<u>3,059***</u>	-	-	-	-
	Regular	0,291	<u>1,958**</u>	-	-	-	-
Exposição ao HPGE TV (ref: não exposto)	Exposto	0,254	0,987	0,222	0,806	-	-
Constante		0,676		0,445		-	-
WALTER P.							
Gênero (ref: fem)	Masculino	0,260	1,247	0,216	0,875	0,158	1,019
Idade (ref: 45 ou +)	Jovem (16 a 24 anos)	0,385	0,876	0,320	1,173	0,231	1,040
	Adulto (25 a 44 anos)	0,307	<u>0,609*</u>	0,249	0,958	0,182	0,866
Renda Familiar (ref: 1246 ou +)	Até 830	0,332	0,731	0,270	1,041	0,197	0,797
	831 a 1245	0,375	1,053	0,313	1,372	0,224	0,744
Escolaridade (ref: sup. ou pós)	Até fund. completo	0,604	<u>0,198***</u>	0,385	<u>0,388*</u>	0,267	0,688
	Até médio completo	0,555	<u>0,272**</u>	0,345	<u>0,395*</u>	0,241	<u>0,676*</u>
Cor Decl. (ref: Preta ou Parda)	Outr., Amar. ou Indíg.	0,363	0,612	-	-	-	-
	Branca	0,475	1,456	-	-	-	-
Religião (ref: Outras ou Nenhuma.)	Evang. Pentec.	0,366	<u>0,342***</u>	0,322	<u>0,527*</u>	-	-
	Católica	0,286	0,745	0,239	0,736	-	-
Pref. Partidária (ref: nenhum)	Outros que não PT	0,423	1,035	0,383	<u>0,450*</u>	0,240	<u>0,457*</u>
	PT	0,287	<u>3,925***</u>	0,238	<u>4,564*</u>	0,176	<u>3,452*</u>
Avaliação do gov. Lula (ref: bom e ót.)	Ruim ou Péssimo ar	1,117	0,285	-	-	0,517	0,754
	Regular	0,328	1,050	-	-	0,186	0,829
Avaliação do gov. J. Wagner (ref: bom e ót.)	Ruim ou Péssimo ar	0,498	0,833	-	-	0,260	<u>0,397*</u>
	Regular	0,274	1,036	-	-	0,178	0,761
Exposição ao HPGE TV (ref: não exposto)	Exposto	0,275	1,289	0,225	1,171	-	-
Constante		0,676		0,438		0,285	
NENHUM							
Gênero (ref: fem)	Masculino	0,349	1,074	0,319	0,851	0,294	0,656
Idade (ref: 45 ou +)	Jovem (16 a 24 anos)	0,634	<u>0,240**</u>	0,461	0,594	0,444	2,042
	Adulto (25 a 44 anos)	0,373	<u>0,480**</u>	0,357	<u>0,540*</u>	0,357	<u>2,010*</u>

Renda Familiar (ref: 1246 ou +)	Até 830	0,436	0,721	0,413	1,660	0,372	1,322
	831 a 1245	0,489	1,664	0,488	2,165	0,415	1,254
Escolaridade (ref: sup. ou pós)	Até fund. completo	0,727	<u>0,158***</u>	0,551	<u>0,218*</u> **	0,533	1,369
	Até médio completo	0,687	<u>0,204**</u>	0,483	0,469	0,481	1,541
Cor Decl. (ref: Preta ou Parda)	Outr., Amar. ou Indíg.	0,537	<u>0,351**</u>	-	-	-	-
	Branca	0,847	0,438	-	-	-	-
Religião (ref: Outras ou Nenhuma.)	Evang. Pentec.	0,480	0,562	0,541	<u>0,206*</u> **	-	-
	Católica	0,378	0,983	0,334	<u>0,506*</u>		
Pref. Partidária (ref: nenhum)	Outros que não PT	0,672	<u>0,207**</u>	0,757	<u>0,116*</u> **	0,435	<u>0,329*</u> **
	PT	0,500	<u>0,331**</u>	0,627	<u>0,170*</u>	0,406	0,821
Avaliação do gov. Lula (ref: bom e ót.)	Ruim ou Péssimo ar	0,651	1,730	-	-	0,493	<u>9,204*</u> **
	Regular	0,375	<u>3,402***</u>	-	-	0,314	<u>2,433*</u>
Avaliação do gov. J. Wagner (ref: bom e ót.)	Ruim ou Péssimo ar	0,526	<u>5,105***</u>	-	-	0,538	<u>4,106*</u> **
	Regular	0,451	1,796	-	-	0,509	<u>2,917*</u>
Exposição ao HPGE TV (ref: não exposto)	Exposto	0,339	<u>0,470**</u>	0,310	<u>0,530*</u> *	-	-
Constante		0,836		0,566		0,717	
Obs. Válidas (<i>missings</i>)		723	(156)	874	(134)	877	(95)
Chi2		316,6	(72g.l.,Sig.=0,00)	256,6	(48g.l.,Sig.=0,00)	229,0	(26g.l.,Sig.=0,00)
Pseudo R2 de McFadden		0,14		0,10		0,15	

Obs: sig. 1%(***), 5%(**) e 10%(*).

A interpretação da tabela seguirá o formato da sua apresentação, analisando os três períodos para cada par comparativo, começando por João Henrique (PMDB) e ACM Neto (DEM), e terminando com João e “nenhum” (candidato). Na análise foram utilizados os valores significativos dos *odds ratio* ou OR (razão de chances ou razão de riscos relativos) estimados, obtidos pela função exponencial dos coeficientes estimados dos *betas* ($\exp(b)$). O OR, no nosso caso em que não há variáveis contínuas, é interpretado de forma direta, ou seja, quando apresenta valor maior que 1, a variável considerada aumenta a probabilidade de que a alternativa em questão seja escolhida ao invés da alternativa de referência (Mingoti, 2007). O oposto ocorre no caso em que o OR é menor que 1. Na análise abaixo observaremos a interpretação dos valores da tabela.

Nos aspectos sócio-demográficos gerais da comparação entre o candidato à reeleição e ACM Neto, notamos que Neto foi desfavorecido por aqueles eleitores de renda muito baixa e de religião evangélica pentecostal, sendo favorecido pelos eleitores de mais idade e por aqueles de que se declararam brancos. No primeiro período, um mês antes do pleito, os com renda familiar até 830 reais tinham 40% menos chances de escolher Neto do que João, e os brancos tinham 2,8 vezes mais chances de escolher Neto a João. Dez dias antes do pleito, se sobressaiu os mais velhos a favor de Neto e uma clivagem evangélica, em que estes tinham cerca de 40% menos chances de escolher Neto à João. Na questão partidária, em ambos os períodos, os petistas favoreceram João, em que esses tinham 60 e 50% menos chance de escolher Neto do que o atual prefeito, em relação aos que não têm identificação por partido. A má avaliação dos governos de Lula e Wagner favoreceu à Neto, o que permite classificá-lo, já na percepção do eleitorado, como claro candidato opositor. Quanto à exposição à propaganda

eleitoral na TV, verificamos que essa favoreceu mais Neto do que João, apesar de não ter atraído a maioria negra e de baixa renda que se mostrou mais identificada com o prefeito.

Quanto à comparação entre Imbassahy (PSDB) e João Henrique (PMDB), notamos inicialmente que o tucano teve muito pouca adesão entre aqueles de escolaridade mais baixa e mediana. Havia cerca de 80% menos chance dos de escolaridade baixa e mediana escolher Imbassahy em relação a João. Há um favorecimento inicial de Imbassahy entre os de religião católica e entre os que se declararam de cor branca, sendo desfavorecido posteriormente pelos evangélicos pentecostais. A preferência pelo PT prejudicou Imbassahy, que no período posterior foi desfavorecido mesmo por aqueles com preferência partidária em relação aos que não tinha partido. A má avaliação dos governos de Lula e Wagner, assim como em Neto, favoreceu o candidato tucano, o que não podia ser bom, sabendo que a maioria avaliava bem os governos de Lula e Wagner. A exposição à propaganda partidária na televisão não influenciou a clivagem entre um e outro.

Na relação entre João Henrique e Pinheiro, o que ficou evidente na questão social foi a baixa adesão dos menos escolarizados em relação a Pinheiro. Contudo, o candidato petista foi capaz de diminuir essa diferença em relação a João, chegando ao 2º. turno com chances de escolha parecidas entre os grupos dos mais escolarizados. Ainda, é clara a preferência dos evangélicos por João. Notamos que, diferentemente de Imbassahy e Neto, em relação a Pinheiro não houve clivagens entre negros e brancos. No aspecto partidário, apesar dos que se identificavam com o PT terem se aproximados mais de João do que em relação a Neto e Imbassahy, com Pinheiro, notamos que os petistas tinham muito mais chance de escolher o último do que o candidato do PMDB (cerca de 4 vezes mais chance dos petistas escolherem Pinheiro em relação àqueles que não possuíam preferência partidária). Quanto à influência das avaliações do presidente e do governador, petistas, ela não se mostrou a favor do candidato do PT, o que denota que o mandatário municipal do PMDB teve sua imagem próxima a dos mandatários regional e nacional. Daí, podemos inferir que a escolha em João se liga muito a uma continuidade e situacionismo. Como o segundo turno é formado por João e Pinheiro, podemos inferir que nessas eleições a preferência partidária fez a diferença a favor de Pinheiro, mas que, em compensação, não houve sinais de transferência de votos dos mandatários petistas para o candidato do PT.

Na comparação entre João Henrique e a escolha por nenhum candidato – que podem ser considerados como aqueles mais céticos por negarem os candidatos apresentados, especialmente o candidato à reeleição – destacou-se, no 1º. turno, eleitores céticos sendo mais velhos, de alta escolaridade, sem religião, sem preferência partidária, que avaliavam mal os governos de Lula e Wagner, e que não eram expostos à propaganda eleitoral. No segundo turno, os céticos se mostraram mais jovens, mais ainda sem partido e avaliando muito mal as administrações dos mandatários.

5- Considerações Finais

Entendemos que muitos fatores influenciam a decisão de voto além dos interesses de ganhos econômicos individuais dos eleitores, tais como, guerras, conflitos sociais e raciais. Não temos dúvidas que o voto econômico retrospectivo é um fator decisivo para escolha eleitoral; mas – seguindo Fiorina (1981) – consideramos que os resultados eleitorais não variam com as condições econômicas objetivas, mas com as expectativas de auto-realização sobre as condições sustentadas pelos candidatos e partidos. Os eleitores que avaliam que sua situação econômica está melhor são mais propensos a empenhar seu apoio ao incumbente do que aqueles que supõem que não tiveram semelhante sorte financeira. Dessa maneira, reconhecemos que o sucesso eleitoral está relacionado com as condições econômicas da sociedade e que a influência do cálculo retrospectivo iria para além da definição do voto em apenas uma eleição, mas poderia também imprimir, reforçar ou modificar a imagem de um

partido ou de um candidato (Telles & Lorenço, 2009). Nota-se que os políticos estão atentos a essas “teorias”, pois tendem a se engajar em várias atividades de impactos econômicos macro-estrutural e micro-estrutural que provocam rebatimento na vida da pessoa ou na sua percepção das vantagens que as ações do governo tem na sua vida, da mesma forma que muitos se rendem ao imperativo dos índices de baixa popularidade e desistem de concorrer.

Além do padrão de decisão de voto dos eleitores, será que outros elementos podem conferir vantagens para os incumbentes nas disputas eleitorais? Para os pesquisadores que abraçam os pressupostos da escola da Escolha Racional pelo menos dois fatores explicam o sucesso dos incumbentes: maior acesso aos recursos de campanha e o desalinhamento dos laços de identidade partidária (Carreirão, 2002). No que se refere à sucessão para o cargo de prefeito, o incumbente tem a vantagem de dispor de recursos para publicidade institucional para informar os cidadãos sobre as ações do seu governo, recursos financeiros e prerrogativas institucionais para realizar obras, capacidade de operar a máquina da prefeitura para executar tarefas cotidianas para atender as demandas do eleitor, como por exemplo, prestação de serviços na área de saúde, educação, controle do trânsito, implantação de infra-estrutura de pavimentação asfáltica e esgotamento sanitário, etc. O incumbente tem oportunidade de realizar visitas às obras e reuniões com grupos; dessa forma, essa rotina abre para ele possibilidade de travar contato corpo-a-corpo com os eleitores mesmo antes do período eleitoral. Observa-se, ainda, a vantagem de desfrutar de exposição gratuita na mídia em razão da cobertura de imprensa que é conferida ao chefe do executivo e poder de agendar o debate político (Aldé et al. 2007; Oliveira, 2008). Justamente esta maior exposição na mídia contribui para que o eleitorado se familiarize mais com o incumbente do que com os seus desafiantes, sobretudo para consolidar sua imagem pública. Como sintetizaria Lavareda (2008), desde o momento que faz seu discurso da vitória, o incumbente atua como estivesse em campanha de reeleição, basta para tanto que ele(a) use os recursos simbólicos e materiais que o cargo lhe confere.

No campo estritamente da competição eleitoral, nota-se que o incumbente tem maior capacidade de conseguir doações para campanha, reconhecimento público e o apoio da máquina do partido. O prefeito detém o controle do sistema de patronagem que envolve a prefeitura e os vereadores da sua bancada na Câmara. Isto porque cabe ao chefe do executivo controlar a liberação de recursos para obras e serviços e contratação de pessoal. Como os desafiantes do mandatário não têm controle sobre esses recursos, este é um aspecto que pesa favoravelmente para os prefeitos. É reconhecida, ainda, a habilidade do mandatário de desencorajar os desafiantes de enfrentá-los e sua experiência para enfrentar os desafios da campanha eleitoral. Logo, por deter o controle da máquina do governo e gozar do reconhecimento do público, compreende-se que os incumbentes mostrem habilidade para atuar como elemento chave para atrair partidos para compor coligações e captar financiamento para sua campanha (Titunik, 2009). Pelos motivos acima elencados percebe-se que não é fácil desbancar um mandatário. Podemos, ainda, inferir quanto vale ser um mandatário numa corrida eleitoral.

Como nem tudo são flores, podemos observar no caso da sucessão à prefeitura da capital baiana que uma das desvantagens do incumbente é que seu desempenho a frente do governo pode também gerar frustrações no eleitorado e sua *performance* ser alvo preferencial de todas as críticas. Com a ampliação da cobertura política pela mídia, para além do que cogitavam os fundadores da teoria do voto retrospectivo, os mandatários passaram a sofrer também as conseqüências da crescente desilusão dos eleitores com os partidos, os políticos e os desempenhos dos governos (Holbrook, 1996) Mesmo para aqueles que concebem que as campanhas não são muito importantes ou que exercem limitada influência para os resultados das eleições - dado que os pleitos são considerados verdadeiros plebiscitos para avaliar as experiências vividas nos últimos quatro anos – reconhecem que o eleitor contemporâneo tem mais acesso às informações para fazer qualquer tipo de avaliação do partido ou do candidato

que está ou quer entrar no governo (Holbrook, 1996). Se aceitarmos a premissa que o voto no mandatário sintoniza-se com o declínio da influência da identidade partidária para orientar as escolhas eleitorais, mas também que fatores de curto prazo (catástrofes, desastres naturais), numa sociedade intensamente irrigada pela comunicação de massa, passaram a desempenhar um papel mais amplo que o usual nas decisões do voto, torna-se difícil aceitar a tese que somente fatores estruturais explicam o comportamento do eleitoral (Lay, 2009). A volatilidade do eleitor, quando este apresenta um comportamento que oscila ao longo da campanha em pró de um ou mais candidatos, reforça pressupostos sobre a determinação das variáveis conjunturais nas eleições (Telles, Lorenço e Storne, 2009).

É verdade que ainda é pouco explorado entre nós os estudos sobre o peso do status de incumbente em eleições para cargos majoritários (Almeida, 2009; Carreirão, 2002; Venturi, 1998). Quando se trata de disputas do poder local, poucos autores fizeram o esforço de analisar o impacto da reeleição nas disputas às prefeituras (Almeida, 2008; Lavareda, 2009; Confederação Nacional dos Prefeitos, 2008). Merece destaque neste cenário o trabalho de Almeida (Almeida, 2008), por analisar os resultados das eleições para prefeito em 2008, seguindo o modelo do voto retrospectivo para explicar a lógica do voto no Brasil.

De acordo com Almeida (2008:62), seis fatores estruturam a lógica de decisão do voto²², entretanto a partir da análise dos dados sobre avaliação do governo, a identidade e a lembrança dos candidatos, é possível prever os resultados das eleições. Almeida postula que se um incumbente não alcança um patamar mínimo de 40% de avaliação positiva de governo sua chance de reeleição é reduzida, por essa razão este deveria desistir da disputa o pleito. O autor sustenta que a avaliação do governo e o índice de popularidade do candidato dificilmente são alterados no limitado prazo de uma campanha eleitoral, pois a comunicação não altera a avaliação das realizações (Almeida, 2008:59). É por isto que, segundo Almeida, há eleições possíveis de serem vencidas e eleições impossíveis, independente do marketing e da comunicação eleitoral. Para ele as imagens dos políticos uma vez consolidada na cabeça do eleitor não são passíveis de serem destruídas de imediato no curto período da campanha eleitoral, nem com sob impacto da artilharia dos adversários. Lembra que o potencial de crescimento é diretamente proporcional ao grau de rejeição do candidato: quanto mais rejeitado menor o potencial de crescimento das intenções de voto da candidatura.

Pelo menos dois aspectos chamam a atenção no modelo de Almeida para as eleições majoritárias brasileiras: 1) define arbitrariamente um patamar mínimo de 40% avaliação positiva do governo para que uma candidatura de reeleição seja viável e 2) minimiza os efeitos da campanha eleitoral e das conjunturas favoráveis no resultado da eleição. Analisando os postulados do modelo de voto retrospectivo proposto por Almeida (2008), Lavareda (2009) sublinha que este perde robustez ao não distinguir seja as categorias de pleitos, seja o momento – segundo o calendário político-eleitoral - em que se devia registrar o nível de avaliação exigido. Nestes termos, o autor qualifica suas críticas:

“escolhendo focar somente as atitudes da opinião pública registradas nas pesquisas, sem aprofundar os aspectos da comunicação de governos, partidos e candidatos, no seu relacionamento com a sociedade, terminar tropeçando em dois obstáculos. O primeiro deles, admitido pelo autor, é certo raciocínio tautológico na relação entre voto e popularidade. O segundo é a suposição do rebatimento, algo mecânico, das condições objetivas (os resultados das ações dos governantes, das políticas públicas) na dimensão subjetiva dos eleitores (suas avaliações e percepções).” (Lavareda, 2009:137)

²² - Almeida (2008, p. 19) postula que seis fatores formam a lógica do eleitor: 1) avaliação do governo; 2) identidade dos candidatos; 3) nível de lembrança dos candidatos; 4) currículos dos candidatos; 5) potencial de crescimento dos candidatos (que é resultado do grau de rejeição de cada um deles com seu respectivo grau de conhecimento junto ao eleitorado); 6) possíveis apoiadores políticos.

De acordo com Lavareda (2009), 25% dos candidatos-prefeitos de capital não apresentavam os pré-requisitos para vislumbrar uma reeleição, uma vez que suas administrações ostentavam avaliações de menos de 40% de ‘ótimo’ e ‘bom’ às vésperas do início oficial da campanha. Apesar deste quadro sombrio quanto às chances de vitória no período pré-eleitoral, capaz inclusive de estimular a ruptura das alianças dos partidos da base de apoio no governo com o incumbente, devido ao pessimismo que os baixos índices de avaliação da administração e a baixa popularidade do mandatário, quase todos conseguiram se reeleger, inclusive o prefeito João Henrique de Salvador. Caso tivesse seguido as orientações delineadas por Almeida (2008), as pressões dos seus correligionários e as críticas da opinião pública, o peemedebista não estaria hoje no palácio Thomé de Souza. Como explicar, por exemplo, a vitória do prefeito soteropolitano, que durante o período pré-eleitoral sustentava-se em menos de 30% de aprovação do seu governo e sofria por ostentar o maior índice de rejeição entre os candidatos que disputavam este pleito, com 36%.

As ponderações de Carreirão (2002:55) ajudá-nos a começar a entender melhor este problema. Para este autor “este modelo de explicação retrospectiva foi formulado para o contexto de um sistema bipartidário, devendo ser adaptado no caso de sua utilização em contexto de multipartidarismo, como o brasileiro. Neste caso provavelmente a avaliação retrospectiva deveria ser vista como um primeiro passo do processo de decisão do eleitor, especialmente no caso em que a avaliação do desempenho do governo for negativo.”

Um fator que deveria ser posto no modelo para pesquisar o desempenho dos incumbentes nas últimas eleições municipais brasileiras é o papel das campanhas. Defendendo a importância das campanhas nas disputas eleitorais, diversos autores (Holbrook, 1996) observam que ela intervém sobre a opinião pública. Holbrook (1996:98): explica que “No início, o eleitor tem uma percepção genérica dos candidatos. Com o desenrolar do jogo político, a campanha dissemina informações que são digeridas pelo eleitor e este as usa para tomar decisões. Espera-se assim que ao provocar eventos políticos, a campanha possa alterar a avaliação inicial que o eleitor tinha dos candidatos. Naturalmente, se os candidatos dispõem de mais tempo na televisão, maior o volume de informações que poderão apresentar para o eleitor e mais sofisticados podem ser os argumentos de persuasão.” Aponta-se como evidências da relevância das campanhas para decidir as eleições os seguintes aspectos: i) o fato de que há um número significativa de eleitores que decidem seu voto durante a campanha; ii) que a identificação partidária é menor do que costumava ser; iii) observa-se flutuação no apoio (nas intenções de voto) durante as campanhas; iv) por fim, as eleições tornaram-se mais orientadas para a mídia, de maneira que geram uma massa de informações que pode ser usadas pelos eleitores como referência para decidir seu voto (Holbrook, 1996).

Entre os autores que advogam a importância das campanhas é consenso que os principais efeitos da campanha são ativação do eleitorado e o reforço das predisposições partidárias latentes. Os trabalhos que medem os impactos das campanhas sobre a decisão do voto destacam que a interação entre essas e os eleitores modifica significativamente os índices de intenções de voto, mas provoca uma pequena taxa de conversão da escolha eleitoral. As campanhas podem ser vistas como um conjunto de atividades de intervenção realizadas com a intenção de aumentar os votos e vencer uma eleição. Seu principal impacto é disseminar informações: propaganda, debates, exposição na mídia, campanha negativa, etc. Ainda que cumpra um papel limitado na decisão do voto, comparado a outros fatores considerados determinantes, é importante considerar as estratégias de persuasão dos candidatos, sobretudo quando se usa comunicação de massa, para o resultado da disputa.

Segundo Figueiredo et al. (2000), análise de processos eleitorais só se completa quando ele é entendido como um processo de comunicação política de duas vias, no qual candidatos e eleitores dialogam e estabelecem um pacto de troca de intenções: os eleitores querem que seus desejos, interesses e demandas sejam implementados e os políticos querem

ser eleitos. É importante ter como premissa que cada disputa eleitoral tem um elenco de candidatos e circunstâncias que podem contribuir para explicar o resultado da eleição. É possível que a campanha politize as avaliações de desempenho do governo e conteste a interpretação sobre o mundo atual conforme apresentada pela situação ou oposição. Essas variáveis podem exercer influência no curto período da campanha (Holbrook, 1996). Seguindo esta trilha, acreditamos que é necessário considerarmos a hipótese que a campanha eleitoral desempenhou papel decisivo para reverter o clima de opinião desfavorável que pesava sobre João Henrique no período pré-eleitoral e levou a vitória no pleito.

Enfim, vimos que o prefeito João Henrique teve a seu favor na sua campanha de reeleição: o maior tempo no HGPE que seus desafiantes, realizações para apresentar, bastante recurso para propaganda, estrutura partidária e o apoio de ampla rede de vereadores e suporte das redes das igrejas evangélicas locais para dar capilaridade para suas ações de propaganda junto aos diversos segmentos do eleitorado. O incumbente soube se posicionar estrategicamente como terceira via no campo político local e dessa forma, mais uma vez – como quatro anos antes - colocou-se como alternativa para aqueles que rejeitavam: carlistas e anti-carlistas. Portanto, é impossível não considerar o peso das clivagens partidárias para analisar os desdobramentos da eleição para prefeitura de Salvador em 2008. Da mesma forma, destacamos que é fundamental observarmos a influência das clivagens religiosas neste cenário. Podemos considerar que devido ao clima de otimismo que operava nas capitais brasileiras, graças às melhoras nas condições de emprego, renda e urbanização, também em Salvador, os anseios dos eleitores se inclinavam para continuidade, caso as críticas da oposição não fossem suficientes para apontar os problemas das cidades e para persuadir os eleitores que somente mudando o gestor conseguir-se-ia resolvê-los. A estratégia de João Henrique revelou-se bastante eficaz para desconstruir a imagem dos adversários e para justificar resultados alcançados pela gestão. Dessa forma, por compreender que campanhas eleitorais envolvem disputas pela interpretação do mundo real, os marqueteiros do prefeito foram capazes de mostrar quanto vale um mandatário.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral*. Rio de Janeiro: Record, 2008
- ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Imprensa e eleições presidenciais: natureza e consequências da cobertura das eleições de 2002 e 2006. *In*: LIMA, Venício B. de (org.). *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 65-87.
- ANSOLABEHRE, Stephen and SNYDER, James. The Incumbency Advantage in U.S. Elections: An Analysis of State and Federal Offices, 1942-2000. *Election Law Journal* 1 (3):315-338. 2002
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR*
- BONE, Hugh e RANNEY, Austin. *A Política e o eleitor*. Rio de Janeiro: Presença, 1966.
- BRAGA, Maria do S. Partido dos Trabalhadores: condições de origem e variações estaduais. *In*: ANGELO, Vitor A. e VILLA, Marco A. *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos: EduFSCar, 2009.
- CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979
- COX, George W., and KATZ, Jonathan. N. Why Did the Incumbency Advantage in U.S. House Elections Grow? *American Journal of Political Science*, 40(2), 478-497. 1996.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. Surf nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. *Cadernos do CRH (UFBA)*, Salvador, v. 39, p. 213-255, 2003.

- _____. Carlismo e oposição na Bahia pós-carlista. 2002.
<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed003j.html>
- DOWSONS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper & Row, 1957, 310 p.
- FEREJOHN, John. Incumbent performance and electoral control. *Public Choice* 50: 5-25. 1986.
- FIGUEIREDO, Marcus *et al.* “Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral.” In: *Marketing Político e Persuasão Eleitoral*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- FIORINA, Morris P. Economic retrospective voting in American National Elections: A Micro-Analysis. *AJPS*. Vol.22, no. 2, may 1978.
- _____. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.
- HOLBROOK, T. M. *Do Campaigns Matter?* Thousan Oaks, London: Sage Publications, 1996.
- INFORME LATINOBARÓMETRO 2009. Disponível em: www.latinobarometro.org
- JONAS, Adriano & ALMEIDA, Gilberto W.. Oligarquia, Mídia e Dominação Política na Bahia. O&S - v.11 - n.30 - 104 Maio/Agosto - 2004
- LAY, J. Celeste. Race, Retrospective Voting, and Disasters: The Re-Election of C. Ray Nagin after Hurricane Katrina. *Urban Affairs Review*, Vol. 44, No. 5, 645-662, 2009.
- LIPSET, Seymour M., ROKKAN, Stein. Cleavage Structures, Party Systems and Voter Alignments: cross-national perspectives. In: LIPSET S.M. & ROKKAN S. (orgs.). *Party Systems and Voter Alignments: cross-national perspectives*. New-York: Free Press, 1967. p. 1-64.
- KEY, V. O.. *The responsible electorate: rationality in presidential voting, 1936-1966*. Cambridge: Belknap Press, 1966.
- MARTINEZ, Manuela. PT anuncia candidatura própria em Salvador e irrita PMDB.
<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/04/07/ult23u1768.jhtm> (Acessado em 04/03/2010)
- MEYROWITZ, Joshua. *No Sense of Place: The Impact of Electronic Media on Social Behavior*. New York: Oxford University Press. 1986
- MELO, Carlos R. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: elementos para a análise do sistema político brasileiro. In: Carlos Ranulfo Melo; Manuel Alcántara-Saez. (Org.). *A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 267-302, 2007.
- MENEGUELLO, Raquel. PT: A Formação de um Partido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MIGUEL, Luís F. Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro. *Opinião Pública*, 10 (1), 91-111, 2004.
- MINGOTI, Sueli A., *Análise de Dados através de Métodos de Estatística Multivariada: uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.
- OLIVEIRA, Flávio L. *Planejamento de Campanha de ACM Neto para Prefeito de Salvador – 2008*. Especialização em Marketing Político: Mídia, Comportamento Eleitoral e Opinião Pública - Universidade católica do salvador – UCSAL, 2007.
- OLIVEIRA, Cloves L. P. O choque político do ano: a imprensa e a eleição de Celso Pitta para a prefeitura de São Paulo de 1996. *Civitas - Revistas de Ciências Sociais*, Vol. 8, No 2, 2008.
- PEREIRA, Carlos & RENNO, Lucio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 4 (108), pp. 664-683 outubro-dezembro/2007
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, Fábio W. et al. *Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro*. São Paulo: Ed. Helvética, 1978.

RUBIM, Antônio A. ACM: poder, mídia e política. *Comunicação & política*, n.s., v.VIII, n.2, p.107-149. 2002

_____. Salvador: A permanência da hegemonia carlista. In SILVEIRA, Flávio Eduardo (org.) *Estratégia, mídia e voto*. Porto Alegre: Edipucs, 2002

SANTOS, Nilo Rosa dos (2008). *Elite e Dominação Política*. Salvador: Editora do Craes.

STORNI, Tiago P. L. *Comportamento Eleitoral e Estratégia Partidária: uma análise espaço-temporal das eleições de SP e MG a partir dos conceitos de Inovação e Representação Sociais*. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – CEDEPLAR/UFMG.

TELLES, Helcimara de S. *Campanha e decisão de voto para prefeito: os eleitores petistas*. Artigo apresentado ao XXXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2008.

_____. Estratégias de campanha política: slogans e retóricas em eleições para prefeito. Congresso Latinoamericano de WAPOR, 2006.

TELLES, Helcimara de S., LOURENÇO, Luiz Cláudio & STORNI, Tiago Prata L. 2009. Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 91-116, jan./jun. 2009.

TITIUNIK, Rócio. *Incumbency advantage in Brazil: Evidence from Municipal Mayor Elections*. Working paper. March 2009. titiunik@berkeley.edu, <http://are.berkeley.edu/~rocio>, acessado em 20 de março de 2010.

VENTURI, Gustavo. Imagem pública, propaganda eleitoral e reeleição na disputa presidencial de 1998. *Comunicação & Política*, v. 5, n.3, p. 31-229, 1998.

VILLA, Marco A. O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada. São Carlos: EduFSCar, 2009.

Periódicos

A Tarde, 13/05/2007.

A Tarde, 13/08/2007.

A Tarde, 27/02/2008.

A tarde, 19/05/2008.

A Tarde, 03/06/2008

A Tarde, 28/10/2008.

A Tarde, 10/04/2010.

Folha de São Paulo, 26/10/2008.

Jornal Valor Econômico, 09/02/2008.